



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E TERRITÓRIOS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ESTIGMAS CRUZADOS: MULHERES EM SITUAÇÃO DE
RUA E O (IN)ACESSO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Jéssica Bastos Sampaio

**CACHOEIRA – BAHIA
2022**

ESTIGMAS CRUZADOS: MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E O (IN)ACESSO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Jéssica Bastos Sampaio
Bacharela em Serviço Social
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em Política Social e Território da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Política Social e Territórios.

Orientadora: Profa. Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila

CACHOEIRA – BAHIA
2022

S192e Sampaio, Jéssica Bastos.

Estigmas cruzados: mulheres em situação de rua e o (in)acesso ao Programa Bolsa Família. / Jéssica Bastos Sampaio. Cachoeira, BA, 2022. 94f.

Orientadora: Profa. Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Territórios, 2022.

1. Programa Bolsa Família – Brasil. 2. Pobreza – Brasil. 3. Mulheres – Condições Sociais. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 353.53320981

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE ARTES,
HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E TERRITÓRIOS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ESTIGMAS CRUZADOS: MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E O
(IN)ACESSO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

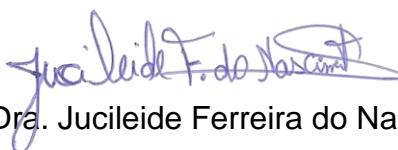
Comissão examinadora da Dissertação de
Jéssica Bastos Sampaio

Aprovada em 30 de março de 2022

Membros da Banca



Profa. Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientadora



Profa. Dra. Jucileide Ferreira do Nascimento
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Examinadora Interna



Profa. Dra. Magali da Silva Almeida
Universidade Federal da Bahia
Examinadora Externa

DEDICATÓRIA

Trabalho dedicado às pessoas que vivem em situação de rua, especialmente às mulheres, que resistem cotidianamente as vulnerabilidades e invisibilidades.

AGRADECIMENTOS

Apesar de solitário o processo de escrita, ele só se tornou possível por estar em coletividade. Sou privilegiada por estar muito bem acompanhada durante todo o período do mestrado. Sendo assim, uso este espaço para demonstrar gratidão aos meus mais velhos, a ancestralidade que me proporcionou ocupar um espaço que há algum tempo não era sequer cogitado.

Agradeço a minha orientadora Heleni de Ávila, por todo cuidado e paciência na minha condução teórica e metodológica, nossos diálogos, sua influência são fundamentais na minha trajetória acadêmica e profissional. Sem seu incentivo não sei se chegaria tão longe.

Às professoras doutoras Jucileide Nascimento e Magali da Silva Almeida, membras da banca examinadora desta dissertação, que contribuirão desde a qualificação e por serem referências acadêmicas e profissionais.

À todos do membros do CIPÓS/TEMPOSS, bem como aos colegas do POSTERR, pelo suporte acadêmico e pelas trocas de conhecimento constantes. Sou imensamente grata a minha família, especialmente à minha mãe Margarida, por seu apoio e amor incondicional, à minha irmã Priscila, às minhas mais novas Nina Rosa e Ana Liz, que com certeza chegaram mais longe que a tia. Gratidão a minha bisa, meus avós, minhas tias e primos e primas, que sempre trouxeram muita leveza e muitos sorrisos na vida e na escrita.

À minha rede de amigos que são minha família extensa desde sempre e muito fortaleceram quando a vontade de desistir despontava, obrigada pelos estímulos constantes: José Alexandre, Janaína Palma, Daniela Gondim, Bárbara Assunção, Najara Gomes, Alessandra Coelho, Tércia Souza, Duda Braz, Deise Conceição.

Gratidão a toda a equipe do *Programa Corra pro Abraço* e a todas as pessoas que aceitaram participar da pesquisa, a rua é uma potência. E como diz a canção de Sued Nunes, “Sou uma, mas não sou só”!

EPÍGRAFE

Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.

Você não queria me ver quebrada?
Cabeça curvada e olhos para o chão?
Ombros caídos como as lágrimas,
Minh'alma enfraquecida pela solidão?
Da favela, da humilhação imposta pela cor

Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, profundo na fé,
Crescendo e expandindo-se como a maré.
Deixando para trás noites de terror e atrocidade

Eu me levanto
Em direção a um novo dia de intensa claridade
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.
E assim, eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto.

(Maya Angelou, *in* Poesia completa)

ESTIGMAS CRUZADOS: MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E O (IN)ACESSO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

RESUMO: A presente dissertação tem por objetivo estudar a percepção das mulheres em situação de rua sobre o Programa Bolsa Família e a compreensão destas sobre a existência de barreiras de acesso ao Benefício, bem como, analisar como o acesso ou (in)acesso pode estigmatizar ou incidir na subjetividade das mulheres em situação de rua. Tem-se como problema de pesquisa: Os estigmas atribuídos às mulheres em situação de rua e sua interseccionalidade de gênero, raça, classe e drogadição, interfere diretamente ou pode gerar dificuldades no acesso ao Programa Bolsa Família? Buscando responder a esta pergunta norteadora, adotou-se como percurso metodológico a pesquisa de cunho qualitativo com o desenvolvimento de entrevistas individuais semiestruturadas realizadas com as mulheres assistidas pelo *Programa Corra pro Abraço*, no território do Aquidabã em Salvador – BA. A pesquisa evidencia conceitos e categorias analíticas que também atravessam a sociabilidade do público-alvo da pesquisa, dentre os quais estigma, interseccionalidade e violação de direitos. Tendo ciência que nenhum estudo dará conta de toda complexidade implicada a realidade social, esse estudo não se propôs a apreender toda a complexidade que envolve a temática, mas mediante a escuta qualificada buscou-se romper com a invisibilidade evidenciando as vozes e respeitando o lugar de fala das mulheres em situação de rua. Ao final, concluímos que tão importante quanto acessar o Bolsa Família, é o atendimento equânime, com atenção às especificidades das mulheres em situação de rua, para que se minimize às vulnerabilidades a que estão expostas cotidianamente.

Palavras-chave: Estigma; Interseccionalidade; Mulheres em situação de rua; Programa Bolsa Família

CROSSED STIGMAS: WOMEN IN STREET SITUATION AND THE (IN)ACCESS TO THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM

ABSTRACT: This dissertation aims to study the perception of homeless women about the Bolsa Família Program and their understanding of the existence of barriers to access the Benefit, as well as to analyze how access or (in)access can stigmatize or affect the subjectivity of homeless women. The research problem is: Do the stigmas attributed to homeless women and their intersectionality of gender, race, class, and drug addiction, directly interfere, or can it generate difficulties in accessing the Bolsa Família Program? Seeking to answer this guiding question, qualitative research was adopted as a methodological approach with the development of semi-structured individual interviews carried out with women assisted by the Corra Pro Abraço Program, in the territory of Aquidabã in Salvador-BA. The research highlights concepts and analytical categories that also cross the sociability of the target audience of the research, among which stigma, intersectionality, and violation of rights. Knowing that no study will account for all the complexity involved in social reality, this study did not propose to apprehend all the complexity that involves the theme, but through qualified listening, we sought to break with the invisibility by highlighting the voices and respecting the voice of homeless women. In the end, we conclude that as important as

accessing Bolsa Família, is the equitable service, with attention to the specificities of homeless women, so that the vulnerabilities to which they are exposed on a daily basis are minimized.

Keywords: Homeless women; Intersectionality; Programa Bolsa Família; Stigma

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada
Cad Único – Cadastro Único
CAS – Centro Antigo de Salvador
CHS – Centro Histórico de Salvador
CnaR – Consultório na Rua
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CUIDAR – Centro Unificado de Inclusão, Desenvolvimento, Assistência e Referência Social
EPI – Equipamentos de Proteção Individual
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEI – Microempreendedores Individuais
MNPR – Movimento Nacional da População de Rua
NTC – Nota Técnica Conjunta
NUAR – Núcleo de Ações Articuladas para a População em Situação de Rua
OMS – Organização Mundial da Saúde
PBF – Programa Bolsa Família
PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNPR – Política Nacional para População em Situação de Rua
SEAS – Serviço de Abordagem Social
SICON – Sistema de Verificação das Condições
SPA's – Substâncias Psicoativas
SUAS – Sistema Único da Assistência Social
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TPM – Tensão Pré-menstrual
UBS – Unidade Básica de Saúde

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto Satélite do Terminal do Aquidabã	66
Figura 2 – Foto da área interna do Terminal Aquidabã	67

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	12
2	INTRODUÇÃO	13
3	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: SOCIABILIDADES E CONTEXTOS	21
3.1	PERSPECTIVA HISTÓRICO-CONCEITUAL.....	23
3.2	CHARACTERIZANDO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	31
4	MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: INTERSECCIONALIDADE E ESTIGMA	39
4.1	ENTRELAÇANDO CONCEITOS: GÊNERO, RAÇA, DROGADIÇÃO E VULNERABILIDADE	42
4.2	VIVER EM SITUAÇÃO DE RUA E AS ESPECIFICIDADES FEMININAS	48
5	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS LIMITES NA PROTEÇÃO SOCIAL .	52
5.1	FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DO BENEFÍCIO SOCIOASSISTENCIAL	59
5.2	AS CONDICIONALIDADES NA CONTRAMÃO DO ACESSO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	61
6	“CUMÉ QUE A GENTE FICA?” DEIXA ELAS FALAREM	64
6.1	AQUIDABÃ: UM QUILOMBO URBANO SOTEROPOLITANO	64
6.2	QUEM SÃO ELAS? POR QUE NÃO OUVI-LAS?.....	69
6.3	(IN)ACESSOS E ESTIGMAS NA PERCEPÇÃO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	73
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICES.....	12
	APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)	12
	APÊNDICE B: ROTEIRO ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	14

1 APRESENTAÇÃO

Antes de exigir que os outros me ouvissem, precisei ouvir a mim mesma, para descobrir minha identidade (bell hooks).

Entre o borbulhar das ideias e o processo de escrita, há um longo caminho de maturação e de (re)construção da identidade que perpassa o descobrir-se na vida e o afetar-se com a luta. Chegar a uma ideia já é a identificação de um desejo, um ponto de partida a caminho de um devir que não se sabe onde especificamente chegará, mas que progressivamente não nos permita estagnar. Mas como esta ideia foi forjada? Na concreticidade da vida cotidiana e em suas subjetividades. Nesta pesquisa, me proponho a pensar como as vidas em situação de rua me afetam, não especificamente dessa vivência pois nunca vivi em situação de rua.

Mas, qual o objeto especificamente? O estigma às mulheres em situação de rua. Por quais mãos isso será costurado? Pelas mãos de uma assistente social e pesquisadora, que se auto identifica como mulher preta, feminista, antirracista, antiproibicionista e abolicionista penal, que não antagoniza teoria à prática, e atua profissionalmente com pessoas em situação de rua aderindo a luta pelo direito à vida para o povo da rua, não somente sua sobrevivência.

E o que me leva a escolha desse tema? As aproximações com o universo pesquisado justificam-se muito antes da inserção acadêmica, por uma indignação pessoal muito característica de quem sendo de uma cidade interiorana percebia ainda na infância as discrepâncias sociais sempre que visitava à cidade de Salvador, sentia-me amedrontada e impotente todas as vezes que me deparava com pessoas em situação de rua, seja dormindo ou na mendicância¹. Mas, para além dessa indignação pessoal, o divisor de águas para o debruçar da pesquisa foi quando, após três anos de formada, fui atuar profissionalmente como assistente social no *Programa Corra Pro Abraço* na cidade de Feira de Santana – Bahia no ano de 2018. Esta aproximação, conseqüentemente estimulou um conhecimento teórico-prático acerca do fenômeno da população em situação de rua e um anseio em saber mais, compreender melhor e

¹ Deve-se ressaltar, no entanto, que, a mendicância é apenas uma das estratégias de sobrevivência das pessoas em situação de rua, a grande maioria são trabalhadoras/es informais.

questionar as especificidades da *maloca*². Como? Através de uma escuta atenta de quem tem uma relação profissional e um forte vínculo com essa população.

O local da pesquisa na ideia inicial seria Feira de Santana, entretanto migrou para Salvador – BA, pois este agora é o meu município de atuação profissional. Sendo ainda mais específico, o lócus da pesquisa é o Terminal do Aquidabã, um dos primeiros territórios de atuação do *Corra*, com grande fluxo de pessoas em situação de rua e uma presença determinante de mulheres.

Assim, há além de tudo o que já foi trazido nesta breve apresentação, duas informações relevantes, uma é que ao abordar a população em situação de rua, voltando-se especialmente à condição de vida das mulheres, este trabalho não generaliza o público pesquisado, uma vez que, a população em situação de rua possui suas particularidades, por isso é relevante a demarcação dos limites espaciais. A segunda é que esta pesquisa tem um direcionamento político, que foge da neutralidade, e isto fica evidente desde o processo de constituição da ideia, as motivações pessoais e profissionais já demarcam uma aproximação pesquisadora-objeto. E o descobrir-se pesquisadora após estar atuando no contexto dessa realidade, envolve a possibilidade de revelar a descoberta/percepção de outras identidades também ao público-alvo da pesquisa, podemos ser múltiplas, para tanto precisamos, como mencionado na epígrafe desta apresentação, à luz de *bell hooks*³ nos ouvir e nos fazer ouvir.

2 INTRODUÇÃO

Ainda vão me matar numa rua. Quando descobrirem, principalmente, que faço parte dessa gente que pensa que a rua é a parte principal da cidade (Leminski, 2013).

Quais caminhos podem percorrer as pessoas que são estruturalmente vulnerabilizadas pelo sistema capitalista? Contemplando aqui duplamente esse

² Termo usado pela população em situação de rua na sua autoidentificação grupal.

³ O pseudônimo da autora e ativista antirracista estadunidense *bell hooks* está grafado em letra minúscula por ser este o modo de auto-identificação da autora, pois segundo ela, a letra minúscula propõe dar enfoque ao conteúdo da sua escrita e não à sua pessoa.

conceito de estrutura⁴, reportamos tanto àquelas que regulam a sociedade, quanto às vias de desenvolvimento individual e coletiva dessas pessoas. É nesse contexto que as pessoas em situação de rua são vistas e compreendidas como pessoas desestruturadas⁵, são os/as trabalhadores/as que “não deram certo”, que por isso, encontram nas ruas a única alternativa de sobrevivência e dialeticamente fazem das ruas seu espaço de resistência.

É, pois, uma tendência que atribui aos indivíduos a responsabilidade pela situação em que se encontram, isentando a sociedade capitalista da produção e reprodução do fenômeno e o Estado da responsabilidade de enfrenta-lo (SILVA, 2009, p. 122).

Considerando esta perspectiva meritocrática de culpabilização do sujeito por sua condição de vida e a isenção da responsabilidade do Estado por retroalimentar o sistema vigente, torna-se necessário identificar as configurações assumidas pelo Estado no modo de produção capitalista. O Estado acompanha os períodos longos do desenvolvimento do capitalismo de expansão e estagnação e se modifica histórica e estruturalmente cumprindo com seu papel na reprodução social do trabalho e do capital, e expressando a hegemonia do capital, nas formações sociais particulares, ainda que com traços gerais comuns (BEHRING, 2003).

Para Gramsci, por exemplo, a noção se amplia à “concepção ampliada” do Estado⁶, por defender que nela “entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil” (GRAMSCI, 1968, p. 149). Nesse sentido, o Estado apesar de estar a serviço de uma classe dominante, não consegue se manter apenas pela força ou pela coerção, sua legitimidade requer consenso. Assim entende-se que

o Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas

⁴ A interpretação de estrutura neste aspecto está pautada na perspectiva de dualidade giddensiana que propõe, “Uma interpretação de ‘estrutura’ como algo que é parte integrante tanto das condições como das consequências dessa mesma ação” (GIDDENS, 2000, p. 01).

⁵ A concepção de pessoa desestruturada no texto, tem o propósito de criticar essa tendência de culpabilização do sujeito pela condição a que está exposta enquanto sujeito negligenciado, não enquanto negligente.

⁶ Apesar de não ser o objetivo deste trabalho aprofundar os debates acerca do Estado, é de suma importância compreender os papéis que o mesmo adota na sociedade contemporânea e para tanto, nos aproximaremos do pensamento gramsciano que aponta para uma concepção ampliada de Estado que é conferida por agregar a sociedade civil e a sociedade política, diferenciando da compreensão do Estado enquanto um mero representante exclusivo da burguesia.

consegue obter o consentimento ativo dos governados (GRAMSCI, 2000, p. 331).

A partir dessa compreensão gramsciana que Carlos Nelson Coutinho (1989, p. 212) contribui com o debate reafirmando que esta instituição deixou de ser essencialmente um “comitê executivo da burguesia” para se tornar “arena privilegiada da luta de classes”⁷. Sendo esta retroalimentada com ações do próprio Estado, que estabelece entre a mediação e a coerção, como fica elucidado na fala de Pereira,

diante da pobreza, o Estado, nas sociedades capitalistas, procura oferecer respostas políticas, que se concretizam por meio de instituições prestadoras de benefícios e serviços sociais, nas diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal). Em geral, esta responsabilidade estatal tem duas motivações legitimadas desde o século passado. Uma, é expressar o reconhecimento de que os cidadãos pobres têm direito a um mínimo de satisfação de suas necessidades sociais e, outra, é exercer o controle ou a regulação sobre a expressiva população, com vista a manter a coesão social tão cara ao sistema (2008, p. 93-94).

Nesse sentido, buscando evidenciar a discussão do papel do Estado, não se pode perder de vista que este deveria ser a principal via de garantia das políticas públicas e direitos sociais,

com a ideia de direitos sociais, não se trata mais de ajudar as pessoas que “desistiram da luta na vida social”; não se trata de ter misericórdia pelas pessoas idosas, pelas crianças ou pelos indigentes; trata-se de romper com a noção de que riqueza equivale a mérito (esforço individual) e a pobreza equivale a fracasso (falta de esforço individual). A noção de direito social é o princípio valorativo orientador das reformas que passam a introduzir um sistema de políticas sociais mais abrangentes com o objetivo de redução geral do risco e insegurança e também de equalização do *status* social e das oportunidades de vida. A esse sistema de políticas sociais deu-se o nome de Estado de bem-estar social (MENICUCCI; GOMES, 2018, p. 31).

É tomando por base os sujeitos desta pesquisa e os direitos sociais que lhes amparam ou no mínimo deveriam amparar, que adotaremos como marco histórico para a “(des)organização” dessa população o desenvolvimento do capitalismo e assim, portanto, das suas desigualdades sociais, demarcando a não separação entre a venda da força de trabalho e a detenção dos meios de produção. Não estamos aqui,

⁷ Expressões aspeadas por se tratarem de conceitos adotados pelo teórico Coutinho (1989).

negando a existência de pessoas em condições de vulnerabilidades semelhantes em períodos históricos anteriores ao capitalismo, entretanto, tomamos como centralidade da pesquisa o acesso a um benefício de transferência de renda, acreditamos ser fundamental o diálogo com a formação do sistema capitalista, sem deixar é claro de correlacioná-lo ao sistema escravista a que o Brasil foi historicamente submetido, por mais de trezentos anos. Pois, compreendemos as pessoas em situação de rua, como a classe trabalhadora pauperizada, estando estas juntos a camada social mais marginalizadas⁸ entre esses trabalhadores, como os que “não deram certo”, ou como é denominado por Marx (1988), como um exército industrial de reserva.

O desenvolvimento do capitalismo, ao contrário do que se pensa (re)produz o aumento da riqueza socialmente produzida, não com o propósito de minimizar a pobreza, mas por outro lado acaba ampliando-a. Como o próprio Karl Marx afirma em seu livro *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, de 1844, “o trabalhador torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz [...]. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2002, p. 112). Nessa mesma lógica, Siqueira e Alves (2018) elucidam,

a pobreza, no Modo de Produção Capitalista, não é um fenômeno isolado. A pobreza não é um resquício de sociedades pré-capitalistas, ou um produto de um insuficiente desenvolvimento. Assim, a pobreza não é um aspecto residual, transitório do capitalismo, é estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento. O capitalismo gera acumulação, por um lado, e pobreza por outro; jamais eliminaria nem um nem outro (p. 16-17).

Apesar de compreender que não há uma relação causal direta entre a pobreza e situação de rua, visto que nem todo pobre está nesta condição, no entanto não há como negar que a situação de rua tem a pobreza extrema como sua característica central. Como bem acentua Maria Lúcia Lopes da Silva,

[...] as condições histórico-estruturais que deram origem e reproduzem continuamente o fenômeno população em situação de rua nas

⁸ Considerando as relevantes discussões acerca da teoria da marginalização social e por acreditarmos que não há uma única definição de marginalidade, mas dimensões específicas que variam de acordo com valores e interpretações de cada um. Assim, identificamos a visão Kovarick (1985), que compreende a marginalidade é uma categoria antiga já percebida pelos estudiosos na Idade Média como fenômeno transitório, quando os proletários potenciais se transformaram, não em reais trabalhadores, mas numa massa de indigentes. Portanto, os mecanismos que originam a marginalidade são inerentes ao modo de produção capitalista e criam desempregados e subempregados para formação do exército industrial de reserva.

sociedades capitalistas são as mesmas que originaram o capital e asseguram a acumulação, resguardadas as especificidades históricas, econômicas e sociais de cada país (SILVA, 2006, p. 19-20).

Nesse sentido, mesmo reconhecendo a relação intrínseca entre a população de rua e a pobreza deve-se também reconhecer que as especificidades das identidades das pessoas em situação de rua somadas ao pauperismo também são preponderantes na configuração dos estigmas e dos processos de exclusão social.

Para além das questões estruturais do sistema capitalista apontadas aqui como motrizes para as desigualdades sociais, há ainda as questões conjunturais como a pandemia do Covid-19, para tornar mais acentuadas as vulnerabilidades sociais. Acerca desse contexto pandêmico sabe-se que, em dezembro de 2019, foi identificado na China, o primeiro caso Covid-19, uma doença respiratória grave, que de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), representa uma ameaça à saúde pública global e às economias globais. Assim, em março de 2020, a OMS classifica a doença como uma pandemia e para se ter noção do nível de gravidade e grau de contágio, em meados de abril do mesmo ano, a doença já era identificada em mais de 180 países, com mais de dois milhões de infectados e sendo contabilizadas um total de 140 mil mortos em todo o mundo (WORD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

Os primeiros casos do Covid-19 são confirmados no Brasil em fevereiro de 2020, através de pessoas infectadas vindas de outros países. Desde então, o governo federal, governos estaduais e governos municipais introduziram estratégias de prevenção, dentre os quais a obrigatoriedade do isolamento social. O estabelecimento da quarentena, com o fechamento de todos os estabelecimentos e serviços não-essenciais impactou diretamente na economia global.

O caso brasileiro é agravado ainda mais, quando o (não) enfrentamento da Pandemia, pelo governo, caracteriza-se pela descrença nas medidas de combate ao novo Coronavírus e por manifestações que desqualificam o distanciamento social, a vacina, bem como as medidas de cuidado individuais, como uso de máscara (BURGINSKI; ÁVILA; NASCIMENTO, 2021, p. 12).

Pensando justamente nesse somatório de condições excludentes, acrescidas ao atual contexto pandêmico, o presente estudo tem como objetivo investigar a percepção das mulheres em situação de rua, assistidas pelo *Programa Corra Pro*

Abraço no território do Aquidabã, em Salvador – Ba, sobre as dificuldades de acesso ao *Programa Bolsa Família (PBF)* considerando se há em suas compreensões a existência de barreiras no acesso ao benefício. Considerando a hipótese de que os estigmas⁹ dispensados a essas mulheres em situação de rua, reforçados pelas suas interseccionalidades¹⁰ de gênero, raça, classe e drogadição, para além da sociabilidade na rua, lhes diferenciam das demais pessoas, também vulneráveis que também pleiteiam o benefício, isso rebate diretamente nas condições de acesso e permanência no *PBF*.

Reconhecendo o exercício da pesquisa como um ato político, esse é um posicionamento também ético, e porque não dizer afetivo se expressa no desenvolvimento desse estudo como um todo, tanto no referencial teórico quanto no percurso metodológico. Desse modo, este trabalho está embasado no método crítico dialético por considerar que a análise da realidade precisa perpassar a tríade das categorias: totalidade, contradição e historicidade.

[...] até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata – apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas (MARX, 1982, p. 17).

Compreendendo a relevância das condições históricas na conformação da humanidade, é fundamental ir além do aparente, requer uma reflexão implicada, reiterada e obstinada. Desse modo, a escolha do método não se relaciona apenas ao modo como a pesquisa será realizada, mas também a aproximação crítica existente entre a pesquisadora e a realidade que se propõe a estudar. Neste sentido, se apropriar do método dialético é priorizar,

[...] o desvelamento das contradições como processo necessário à interpretação da realidade, à luz da sua contextualização histórica, para que seja possível captar as conexões e o movimento, e a partir da totalidade concreta, que não se revela a um primeiro olhar mas necessita ser desvendada em suas tramas constitutivas (PRATES; REIS; ABREU, 2000, p. 140).

⁹ A categoria analítica estigma será aprofundada em um dos capítulos subsequentes, sob o prisma da análise sociológica de Erving Goffman (1975).

¹⁰ Categoria cunhada por Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins, que estará explicitada com mais detalhes nos próximos capítulos.

A apropriação do método marxiano pelo Serviço Social¹¹ é fundamental para a superação da tendência instrumental pautada no imediatismo, na institucionalização das tarefas impostas e determinadas pela própria estrutura capitalista. No âmbito das pesquisas na área, a indicação do método é relevante pois rompe com a superficialidade e propõe a problematização dos dados com vistas a transformação da realidade posta. Como fica evidente na discussão desenvolvida por Prates,

[...] o que mais nos encanta na teoria e no método marxiano é exatamente a profundidade da pesquisa intrinsecamente relacionada e direcionada para a realidade social e para as ações concretas com vistas à transformação, a superação dos estudos contemplativos por investigações comprometidas com os temas e sujeitos envolvidos no estudo (2003, p. 124).

A partir desse posicionamento epistêmico, o estudo objetiva analisar a percepção das mulheres em situação de rua sobre o PBF em Salvador – BA, para tanto o percurso metodológico que melhor se adapta aos objetivos propostos é o desenvolvimento de uma pesquisa social qualitativa.

Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, dos valores (MINAYO, 2015, p. 21).

Ao longo dos capítulos o referencial teórico perpassa discussões na área dos programas de transferência direta de renda, de interseccionalidade no âmbito do feminismo negro, dos estigmas e violações de direitos enfrentadas pelas pessoas em situação de rua.

Para além da pesquisa bibliográfica, inicialmente foi pensado o desenvolvimento de grupos focais, no entanto, com o contexto atípico de Pandemia

¹¹ “Segundo as análises de Netto (1991), para melhor entender a relação do Serviço Social com a tradição marxista no cenário brasileiro, é preciso considerá-la inserida no período de renovação do Serviço Social no país entre 1960 e 1980. Imerso no quadro de emergência e ocaso da ditadura civil-militar (1964-1985), o Serviço Social sofre profundas transformações. Dentre outros impactos, tem-se a ampliação dos lócus ocupacionais; a sua efetiva inserção no âmbito universitário e, logo, o seu processo de laicização. Este quadro, contraditoriamente, impulsiona o ‘amadurecimento intelectual’ da categoria, embora por vias incertas” (DUTRA, 2018, p. 175).

mundial causada pelo COVID-19¹², em que uma das principais medidas de prevenção apresentadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é o distanciamento espacial, fez-se necessário reestruturar a estratégia de coleta de dados respeitando todas as precauções devidas, com a realização de entrevistas semiestruturadas individuais com as mulheres assistidas¹³ pelo Programa Corra pro Abraço, mantendo a escuta qualificada e livre.

Por estar em consonância com Minayo (2015) e compreender que na entrevista semiestruturada o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada, esta técnica foi priorizada por evidenciar as falas das entrevistadas, e elas que convivem a dinâmica das ruas, seus estigmas e violações de direitos. Além disso, é importante elucidar que as entrevistas desenvolvidas na rua se adaptam à realidade das pessoas entrevistadas, com uma necessidade de atenção redobrada para que não se perca o foco no objeto durante o diálogo. Mediante as informações obtidas com o desenvolvimento das entrevistas semiestruturadas, há o manuseio cauteloso das informações verbais assegurando o respeito às participantes e suas opiniões.

O tratamento e exposição dos dados deve assegurar o lugar de fala das mulheres em situação de rua, com o propósito de romper com a invisibilidade e reconhecer o senso crítico destas pessoas, no entanto, sem perder de vista os aspectos éticos. E em consonância com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) através da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016¹⁴, assegurando-as a garantia do sigilo e do respeito a identidade, o direito de interromper/recusar sua participação a qualquer momento, bem como de solicitar maiores informações sobre a pesquisa, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Esta proposta metodológica¹⁵, possui um cunho qualitativo e envolve uma amostra composta por oito entrevistas, a estratégia investigativa desenvolvida com o propósito de responder à pergunta norteadora da pesquisa, Como os estigmas dispensados as mulheres em situação de rua, por sua condição interseccional,

¹² A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma emergência de saúde pública, em março do corrente ano a doença foi caracterizada como uma pandemia, com mais de 4 milhões de casos. Informações disponíveis no site oficial (<https://www.paho.org/bra/>). Acesso em 03 de maio de 2020.

¹³ O uso do termo assistidas/os neste trabalho justifica-se pelo fato de este ser adotado pelo Programa Corra pro Abraço, quando faz inferência às/aos suas/seus demandatárias/os.

¹⁴ Resolução que trata das especificidades das Ciências Humanas e Sociais na pesquisa, disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

¹⁵ Que será explicitada com mais detalhes em um dos capítulos subsequentes.

rebatem diretamente e geram dificuldades no acesso ao Programa Bolsa Família? Com o objetivo de responder a essa questão, compreendendo os conceitos e categorias analíticas postas tanto na pergunta quanto no projeto, que a dissertação está subdividida em quatro capítulos.

Além desta seção introdutória tem-se, o primeiro capítulo intitulado *Pessoas em situação de rua: sociabilidades e contextos* onde se discute os conceitos e a historicidade do fenômeno, além de apresentar a caracterização dessa população. O segundo, *Mulheres em situação de rua: interseccionalidade e estigma* que retrata as especificidades femininas no contexto da rua e a intensificação dos estigmas por romperem com o padrão socialmente imposto às mulheres, e a interface desta mulher que tem sua identidade ser atravessada por gênero, raça, drogadição e vulnerabilidade, abordando estes conceitos à luz do feminismo negro de Kimberlé Crenshaw, de Angela Davis.

Programa Bolsa Família e seus limites na proteção social é o título do terceiro capítulo que dialoga com a metodologia desse benefício de transferência direta de renda, apontando como o Programa se institui mediante legislação (Lei Federal nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004), identificando suas potencialidades e fragilidades na proteção/desproteção das mulheres em situação de rua.

O quarto se destina a apresentação da análise dos dados da pesquisa, dos resultados reafirmando o percurso metodológico adotado, tem por título “*Cumé que a gente fica*”¹⁶? – *Deixa elas falarem*, justamente porque se propõe a potencializar a percepção dessas mulheres acerca das políticas públicas, especialmente o PBF, a elas destinadas, e deste modo não podem ser resumidas a um “corpo errante no mundo”. Além dos capítulos citados, há ainda as *Considerações Finais*, que na verdade poderiam ser chamadas de considerações de continuidade, apesar de demarcar o fechamento do ciclo dessa pesquisa, há um anseio de que mais pesquisas aconteçam sobre o tema.

3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: SOCIABILIDADES E CONTEXTOS

¹⁶ O título desta sessão é inspirado no Pretuguês da intelectual e feminista negra Lélia Gonzalez este, nada mais é do que a marca de africanização do português falado no Brasil. Inspirar-se no pretuguês é também um posicionamento político de valorização da cientificidade negra, a língua compõe a arena da luta de classes, bem como a luta racial.

O tempo de cobertor e papelão passou, o que nós queremos agora é Políticas Públicas (Maria Lúcia Pereira¹⁷).

É preciso ter em mente que para viver nas ruas há de ser muito forte, para desenvolver diversas estratégias de convivência e sobrevivência nesse espaço social devido as formas de organizações específicas da rua, por muitas vezes envoltos ao consumo e/ou abuso de substâncias psicoativas, esses corpos que mesmo sendo violentados cotidianamente de maneiras físicas e simbólicas, não deixam de lado o poder da sua agência, constituindo assim uma alteridade diferenciada, (re)existindo.

Embora esse fenômeno seja mundial e guarde características comuns, não importando as cidades em que é visível, um de seus aspectos característicos são as particularidades vinculadas ao território em que esse manifesta. São particularidades decorrentes dos hábitos, dos valores, e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes no território. Essas especificidades se refletem no perfil socioeconômico, no tempo de permanência nas ruas e nas estratégias de subsistências utilizadas pelas pessoas em situação de rua (SILVA, 2009, p. 102-122).

Para compreender melhor como se dá essa dinâmica das ruas, é preciso antes categorizar aqui o que compreendemos como sociabilidade, para tanto traremos o teórico da Sociologia alemã, Simmel (1983) que apesar de estar situado em um campo distinto da teoria social de Marx, não nos inviabiliza de localizá-los numa arena comum, por serem lidos como pensadores críticos da realidade social contemporânea. O autor possui uma forma particular de analisar a vida social, para ele, “em qualquer sociedade humana pode-se fazer uma distinção entre seu conteúdo e sua forma”. Esta é a primeira proposição da teoria social simmeliana. A segunda proposição é a de que “a própria sociedade em geral refere-se à interação entre indivíduos” (SIMMEL, 1983, p. 165). Pode-se falar em sociedade quando os indivíduos estão em interação, a qual “surge com base em certos impulsos ou em função de certos propósitos”.

Neste sentido, muito daquilo que temos dado como natural ou inerente às relações sociais, tudo que está presente nos indivíduos sob a forma de impulso, interesse, propósito, sentimentos, inclinações, estados psíquicos, movimento, e que permite exercer algum tipo de influência sobre o outro, ou outros,

¹⁷ Ativista baiana, foi militante e coordenadora do Movimento da População de Rua da Bahia (MNPR-BA) e lutou incansavelmente pelos direitos das pessoas em situação de rua, até sua morte em 2018.

ou que receba tais influências, Simmel define como matéria da sociação¹⁸. Sendo, portanto, “a forma realizada de incontáveis maneiras diferentes pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses”.

Ao acessar a rua, ao conviver com todo o repertório que é ali oferecido, assim como estabelecer contato com o outro, aqueles que frequentam e dividem o mesmo espaço, estão também conformando sociabilidades, independente da intencionalidade, ou seja, estabelecendo sociações, formas de estar com o outro. Portanto, as sociabilidades são a todo momento expressas simbolicamente nas práticas das relações sociais a fim de manter o meio social e como uma garantia de sua perpetuação.

É partindo dessa sociabilidade, como diz Simmel (1983, p. 174), que é o “jogo da sociedade”, e para jogar o jogo é preciso que os indivíduos tenham tato, isto é, que saibam compreender a situação e o momento em que estão inseridos. Mas como jogar quando se está no lado mais vulnerável? Quando a estrutura não lhe permite os meios básicos para jogar? É assim que surgem as especificidades das relações de sociabilidades de quem vive na rua, e por serem tão particulares, é que ao serem observadas pelos membros gerais da sociedade, ou seja, pelos outros jogadores, nesse contexto são julgados por um imaginário moral que os coloca em um lugar de “marginalidade”¹⁹.

3.1 PERSPECTIVA HISTÓRICO-CONCEITUAL

A existência da população em situação de rua, como conhecemos, está intimamente associada ao modo de produção e reprodução do sistema capitalista,

[...] é a condição de extrema pobreza a categoria central que vincula o fenômeno da população em situação de rua à estrutura da sociedade como um fenômeno produzido socialmente no contexto da produção capitalista para atender às necessidades de expansão do capital. Sendo assim, é uma condição vinculada a causas estruturais (CARVALHO, 2014, p. 13).

¹⁸ Conceito formulado pelo autor Georg Simmel, para a definição dos meios de interação entre os atores sociais.

¹⁹ O conceito de marginalidade está entre aspas por se tratar de uma concepção ideológica e moralista, que possui uma carga pejorativa.

Embora compreendamos o fenômeno estudado como uma condição estrutural do capitalismo, buscamos identificar a perspectiva histórica que aborde seu surgimento, Silva (2009) vincula-o as sociedades pré-industriais europeias, no contexto da chamada acumulação primitiva, quando os camponeses foram expropriados e expulsos das terras, sem que as recentes indústrias dessem conta de absorvê-los. É nesse contexto que se origina o fenômeno população em situação de rua. “No seio do pauperismo, que se generalizou por toda a Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições necessárias à produção capitalista” (SILVA, 2009, p. 25).

Apesar de correlacionarmos a existência da população em situação de rua ao sistema capitalista, o que reconhecemos é que o mesmo o agravou tanto na aceleração dos processos, quanto em números tornando-o endêmico. Com as subdivisões das classes sociais, o capitalismo reifica o “não lugar”²⁰ dessas pessoas, ou seja, se na sociedade capitalista cada indivíduo será valorizado por aquilo que possui e/ou pelo que consegue desenvolver a partir da sua força de trabalho, àqueles que estão em situação de rua e não se enquadram na dinâmica de busca pela produção de acúmulo de capital, seja por não se adequar às condições impostas pelo meio ou simplesmente por não terem encontrado outras possibilidades em sua trajetória de vida, são imbricados de estigmas.

Contudo, Castel (2008) desenvolve análise histórica da condição de rua e identifica sua existência ainda na sociedade feudal, sendo estes desde então considerados “inúteis para o mundo”, “vagabundos” por sobreviverem da mendicância e de pequenos furtos, há um decreto francês datado no ano de 1701 que especifica,

declaramos vagabundo e pessoas sem fé nem lei aqueles que não têm profissão, nem ofício, nem domicílio certo, nem lugar para subsistir e que não são reconhecidos e não podem valer-se da recomendação de pessoas dignas de fé que atestem sobre sua boa conduta e bons costumes (CASTEL, 2008, p. 121).

Como se pode ver, desde então este grupo social é subjugado, culpabilizado e criminalizado por sua situação social, um moralismo embutido no olhar social que

²⁰ A compreensão de “não lugar” aqui posta dialoga com a discussão feita por Augé que nos leva a entender que “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar” (AUGÉ, 1994, p. 73).

interpreta o outro como se a este fosse dado o direito de escolha. Reafirmar a existência deste povo já no contexto do feudalismo, não nos impossibilita de focar a investigação no seu agravamento no sistema capitalista, afinal a complexidade dos processos sociais, nos inclina a recortar o que observaremos e as lentes a serem usadas durante a pesquisa/observação.

No contexto brasileiro, podemos identificar que a condição de rua foi um fenômeno anterior ao período imperial, uma vez que constavam já no Código Criminal do Império de 1830, e desde então nunca deixou de ser pautado na perspectiva da criminalização como mendicância ou vadiagem. De acordo com Silva (2009, p. 27),

o fenômeno população em situação de rua é uma expressão inconteste das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e, dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. Nesse contexto, cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa.

Na perspectiva marxiana, este é um fenômeno que se associa a superpopulação relativa²¹ e está inserida ou na população estagnada, compondo o exército ativo que desenvolvem trabalhos irregulares e precários ou no pauperismo (*lumpem proletariado*) que de acordo com Marx é o sedimento mais baixo da superpopulação relativa,

constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 1988, p. 747).

Ou seja, o pauperismo não pode ser justificado pela meritocracia ou pelo desejo/esforço pessoal, mas há uma estrutura econômica que se retroalimenta das desigualdades na distribuição das riquezas. Seguindo esta mesma lógica, não se

²¹ Superpopulação relativa ou exército industrial de reserva “está sempre presente nos movimentos da oferta e da procura de trabalho. Ela mantém o funcionamento desta lei dentro dos limites condizentes com os propósitos de exploração e domínio do capital” (MARX, 1988, p. 742).

pode justificar um fenômeno complexo e multicausal como estar em situação de rua com o argumento de ausência de determinação, preguiça, quando na verdade o modo de produção capitalista é o grande (re)produtor dessas e de outras expressões da questão social²².

Contribuindo com a compreensão, Maria Lúcia Lopes da Silva elucida,

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta (2006, p. 95).

Apesar das referências apontarem a existência de pessoas em situação de rua, na sociedade pré-capitalista, que em outros termos eram retratado como “vadios”, “vagabundos”, “indigentes”, o fenômeno tal como se constitui e está posto na atualidade se associa intimamente ao modo de produção capitalista, que subdivide a sociedade em classes e promove a opressão daqueles que não sendo donos dos meios de produção, e não estão aptos e/ou dispostos a integrar o mercado de trabalho ou o compõe como exército industrial de reserva. Como aduz o próprio Marx acerca do movimento de oferta e procura de trabalho sincronizado com as demandas do capital, pela superpopulação relativa, “Ela mantém o funcionamento desta lei dentro dos limites condizentes com os propósitos de exploração e de domínio do capital” (MARX, 1988, p. 742). Considerando a condição excludente dessa população excedente,

assim, parcelas das populações que viviam no patamar inferior dos circuitos econômicos são jogadas para fora do sistema. São excluídas do processo de geração de riquezas (emprego) e da distribuição de seus frutos (consumo). Sobrevivem, mas valendo-se apenas de um acesso precário a mecanismos públicos, como a assistência social e os serviços de saúde e, de forma assistemática, também, a caridade privada, a filantropia ou as entidades assistenciais religiosas. Infra-estrutura privada, como habitação, vai-se tornando algo distante,

22 A questão social é “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2005, p. 27).

inacessível. Trabalham muitas vezes, mas não são empregados. Obtêm alguma renda, mas de forma assistemática e pouco convencional. Transforma o espaço público – as ruas – em seu universo de vida e sobrevivência privado. Às vezes tornam-se perigosos, na medida em que praticam delitos; ou simplesmente são estigmatizados como risco à segurança pública (BURSZTYN, 2003, p. 22).

Esta estratégia que converge para a exclusão é “sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa” (MARTINS, 2008, p. 20). Se formos aqui fazer uma alusão à sociedade de consumo, estamos acostumados a descartar o produto que apresentou defeito e substituir por outro que supra à nossa demanda, dentro dessa mesma lógica, colocamos as pessoas que estão em situação de rua, no lugar de pessoas com “defeitos”, ou seja, não suprem aquilo que tínhamos como expectativas em sua função social e portanto, deve ser colocada em um lugar onde não “atrapalhe” quem está dentro da normalidade do jogo de conquistas do capitalismo, reforçando assim o lugar de marginalização dessas pessoas.

Retratando mais especificamente o contexto brasileiro, o número crescente de pessoas em situação de rua, está vinculado historicamente ao processo de êxodo rural, uma vez que com o desenvolvimento de algumas cidades atraíram as populações rurais em busca de novas oportunidades de trabalho (SILVA, R., 2006). No entanto, na atualidade, por mais que se compreenda que a busca por trabalho ainda mobilize pessoas aos centros urbanos, este não é exclusivamente o único fator que desencadeia a vivência no contexto da rua, há uma infinidade de fatores e eles estão ligados ao rompimento de vínculos familiares, ao consumo abusivo de substâncias psicoativas, as situações de extrema pauperização, podemos mencionar ainda o contexto de crise sanitária desencadeada pelo COVID-19, acrescida das crises econômica, social e política tem levado a um acréscimo considerável no número de pessoas em situação de rua²³, dentre tantas outras que demarcam a trajetória de cada um desses indivíduos.

O Brasil como já foi indicado aqui, possui ainda um histórico de criminalização das pessoas em situação de rua que se perpetua ainda na atualidade, bem como, a invisibilidade no âmbito das políticas sociais que só começam a surgir mediante os

²³Tema amplamente discutido na atualidade, disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>.

tensionamentos da sociedade civil organizada, mais especificamente a partir da Constituição de 1988.

Para as pessoas em situação de rua, a defesa e a garantia de direitos é de fundamental importância pois expressam o respeito à vida e ao trato humano para quem está em situação de total expropriação, configurada por sua exposição a fatores que ameaçam ou ferem sua integridade física, psicológica e moral (CARVALHO, 2014, p. 14).

Com o chamamento do Estado para assumir sua responsabilidade de responder e minorar as expressões da questão social com a universalidade das políticas sociais, avanços como a implementação em 2009, da *Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua*²⁴ são notados, mas ainda persistem os hábitos retrógrados como as perseguições policiais que vitimam as pessoas em situação de rua frequentemente.

À Política anteriormente mencionada, é de fundamental importância para essa população, pois para além de funcionar como demarcador de um campo de atuação específico dentro da assistência, ou seja, um marco regulatório para as políticas públicas, trazendo conceitos e diretrizes importantes, também é o momento em que o Estado brasileiro reconhece que essa população existe, e se compromete, tomando formalmente a corresponsabilização do acolhimento/atenção/cuidado a esse grupo, que passa a ser regulamentada pelo Decreto 7.053/2009, onde aponta os princípios e diretrizes norteadores dos serviços públicos que prestam assistência às pessoas em situação de rua. Como,

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009a, p. 16).

Voltando-se especificamente a historiografia baiana do fenômeno população em situação de rua, “Ao longo de todo o século XIX, as fontes oficiais mencionavam

Disponível em:
www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutros/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf. Acesso em: 16 fev. 2020.

com desprezo a 'multidão' de pedintes e desempregados que esmolavam e vagavam pelas ruas de Salvador" (FRAGA FILHO, 1994, p. 14). Esta condição vai tomando forma a medida em que a escravidão passa a ser abolida sem qualquer estratégia de reparação ou absorção desses trabalhadores negros ora libertos.

A escassez de empregos obrigava a maioria deste contingente de pessoas que livres, entretanto totalmente desassistidas pelo Estado, a viver de ocupações passageiras e instáveis. Além do mais, havia da parte dos homens livres pobres uma atitude de permanente desconfiança e, em certos casos, até de recusa em vender sua força de trabalho. Para muitos homens livres era preferível viver na mendicância a se sujeitarem a relações de trabalho que os equiparasse à condição de escravos, afinal era dessa condição que eles mais queriam se distanciar, naquele momento. Contrariadas, as elites viam nisso a expressão da vadiagem e da preguiça, criminalizando esses indivíduos (FRAGA FILHO, 1994, p. 16).

Viver no meio da rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto a própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo. [...] As ruas eram locais de sobrevivência. Muitos ofícios eram desempenhados em áreas públicas. E era ali que se expressavam as condições de privação. Findo o sistema servil, já não interessava a preservação, por parte dos velhos senhores, das classes despossuídas. Cada um teria que buscar seu sustento no novo mundo do mercado. E não havia trabalho para todos, nem habitação, nem comida. Muitos trabalhavam e viviam no meio da rua (BURSZTYN, 2003, p. 19).

Com isso, temos a certeza que tomando por base essa historicidade, não é possível se falar de população em situação de rua no Brasil, sem trazer para o diálogo as implicações do racismo que estrutura essa sociedade. Falar dessa população é cunhar um lugar de fala interseccional, onde se atravessam a pobreza e o racismo.

Cabe aqui ressaltar a relevância do resgate histórico para a compreensão das discussões primárias acerca do fenômeno social aqui abordado, bem como para estruturar uma linearidade no modo como a população em situação de rua é compreendida na contemporaneidade e as possíveis compatibilidades na atenção dispensada a esta expressão da questão social, do mesmo modo que as demandas que dela decorrem. Entendendo assim que esse lugar de marginalização da população em situação de rua, no que se refere ao Brasil, passa tanto pelas questões

de pobreza, como pelas questões raciais que estruturam essa sociedade, desde a sua conformação até os dias atuais.

Partindo dessa premissa é preciso compreender como se dá a intersecção entre o lugar desse negro dentro da sociedade capitalista, ou seja, como esse racismo foi replicado e legitimado se articulando com as questões de classe, onde do ponto de vista epistemológico não devemos aqui separar raça de classe, ou apresentá-los como sobreposições, mas sim como múltiplas faces do mesmo lugar de representação. Para tanto, trazemos o Florestan Fernandes (1978) quando afirma que, é preciso evitar o equívoco de separar raça e classe. Portanto, é fundamental compreender que na sociedade brasileira, a luta de classes deve estar articulada juntamente com a luta contra as desigualdades raciais.

Um dos pontos que Florestan trás para a discussão é a problematização da crença na superioridade técnica e moral do trabalhador branco europeu em detrimento ao processo de marginalização que o negro sofre dentro da sociedade de classes e que se repete, na noção de inferioridade da mão de obra daqueles que estão nas ruas, que se justifica com um discurso onde indica que aquelas pessoas estão em tais condições sociais, porque não conseguiram se ajustar as exigências e as técnicas do trabalho capitalista. Florestan aponta:

ao se reeducar para o sistema de trabalho livre, o “negro” repudia sua herança cultural rústica e o ônus que ela envolvia. Vence hábitos, avaliações e comportamentos pré-capitalistas ou anticapitalistas. E descobre uma posição que o nivela, material e socialmente, ao “branco”-a que é oferecida por sua ocupação. (...) Ao mesmo tempo, a conquista de uma situação de classe real insere o negro nas reivindicações de classe e nas pugnas ideológicas que dividem a sociedade (FERNANDES, 1978, p. 154 - 155).

A concepção de inferioridade da mão de obra negra, indicando que esses eram mais fortes (aptos aos trabalhos braçais) e menos inteligente (inaptos aos trabalhos intelectuais), era extremamente oportuna aos interesses do imperialismo neocolonialista, no intuito de legitimar, naturalizar a contínua exploração, e ao mesmo tempo silenciar a população. Entretanto, essa forma de organização social, demarca historicamente o genocídio praticado contra as etnias oprimidas pelos países centrais da geopolítica capitalista, e que seguindo em via de regra, no Brasil vem sendo utilizado há séculos como instrumento político de opressão (ALMEIDA, 2019).

Salientando que Sílvia Almeida (2019, p. 37) categoriza o racismo em três dimensões primordiais: individual, institucional e estrutural. De acordo com a noção individual, não haveria racismo, mas preconceito, de modo que inexistem sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos que agem isoladamente ou em grupo, ou seja, podemos indicar que existe uma sociabilidade, entendendo essa como já foi dito aqui, como formas de associação e interações sociais racistas, reproduzidas estruturalmente.

A centralidade da categorial racial é fundamental a esse trabalho de pesquisa, assim como a reconstrução da história oficial de desenvolvimento do capitalismo, compreendendo que trazemos para a tela a perspectiva de um grupo social vitimizado pelo “processo civilizatório” europeu, e que desde então sofre as consequências do projeto genocida que se reformula continua e historicamente, construindo autorretratos legitimadores sobre si. É preciso, para tanto, que sigamos desenvolvendo um repertório teórico de autoconhecimento identitário, no qual nos debruçemos sobre as novas dinâmicas do racismo junto ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que por sua vez ainda é refém das ideologias colonizadoras (ALMEIDA, 2019).

3.2 CARACTERIZANDO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Voltando então aos agentes principais, que conformam esse grupo social, Silva (2009) identifica seis aspectos característicos do fenômeno população em situação de rua, o primeiro aspecto são **as múltiplas determinações**²⁵ que advém de fatores que **podem ser estruturais, biográficos ou fatos da natureza**²⁶. Nesse sentido a autora reforça a importância de olhar para o todo, o contexto sociocultural, mas sem deixar de lado as especificidades da trajetória de vida que cada indivíduo traz.

Em seguida, ela apresenta a segunda que é a distinção do fenômeno como **uma expressão radical da questão social na contemporaneidade**, visto que não se considera existência de uma “nova questão social”, mas compreende que a questão social permanece a mesma, porém acrescida de novas condições sócio-históricas. Nesse ponto, é preciso compreender assim como outros grupos sociais, a

²⁵ Este e os demais grifos subsequentes estão condizentes com os grifos da autora referenciada Silva (2009).

²⁶ Grifos transcritos da autora referenciada.

população em situação de rua está subordinada as condições de tempo e espaço de onde vai se instaurar, esses demarcadores vão definir as implicações culturais com que vão dialogar, sem perder suas características norteadoras, mas adquirindo novos modos, seja de dominação por uns e de exploração por outros, mas que só seriam capazes de se manifestar naquele determinado contexto social.

A terceira diz respeito a sua **concentração nos grandes centros urbanos**, nesse ponto a autora se volta ao fato de que nesses grandes centros existe uma maior facilidade de garantir condições subsistência. Ora, para além da maior circulação de dinheiro, facilitando a possibilidade da inserção dessas pessoas nas práticas de “bicos”, existe também, nesses centros urbanos, uma maior disponibilidade das pessoas junto à projetos com fins filantrópicos.

Já a quarta fala mais especificamente do **preconceito como marca do grau de dignidade atribuído pela sociedade às pessoas em situação de rua**, sendo que esta característica atravessa historicamente o fenômeno com as mais diversas denominações pejorativas para responsabilizá-los pelas condições em que se encontram e estão expostos. Esse é o ponto que mais é perpassado pelos valores morais da sociedade, ou seja, independente do contexto onde será julgado moralmente, essas pessoas podem ser julgadas em diferentes medidas, entretanto não deixarão de passar pelo crivo do olhar moralizador, pois se constituem enquanto desviantes do esperado pelo todo social.

O quinto aspecto é o reconhecimento de **que cada território em que este fenômeno se manifesta tem suas particularidades**, ou seja, por mais que sigam essas características gerais, jamais podemos afirmar que exista uma hegemonia no que tange ao todo, o que impede totalmente a possibilidade de generalizações sobre a população em situação de rua, por mais que existam princípios norteadores a esse grupo. Por fim, o sexto diz respeito à **naturalização que conseqüentemente reduz as estratégias de enfrentamento e de políticas públicas** direcionadas às pessoas em situação de rua, e esse é um dos pontos fundamentais a nossa pesquisa, ao qual voltaremos algumas vezes, ao longe desse texto como um todo.

Como me proponho neste estudo a reconhecer a criticidade das pessoas em situação de rua, e aqui mais especificamente das mulheres, esta proposta estimula conseqüentemente a identificação da rua não somente como o espaço do perigo, da sujeira, do conflito, mas reafirmá-la como território de potencialidades. Se for tomada neste caso apenas como espaço físico, escapa a compreensão de suas potências,

deste modo, as contribuições de Milton Santos, nos leva a apreender que o espaço é transformado em território por meio das relações sociais. Assim, analisa o movimento de formação social e de ocupação dos espaços a partir da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo (SANTOS, 2008).

Deste modo, a rua sendo pensada como um território também é elemento estruturante que compõe a dinâmica do capital, não somente o fenômeno de ocupação e utilização do seu espaço físico, não se resume ao palco de um cenário de guerra retroalimentado pelo racismo estrutural. Apesar disso, este espaço é comumente impactado por propostas higienistas, ora disfarçadas pela política de (in)segurança pública, ora pelas reformas urbanas, o que retroalimenta suas presenças como indesejáveis, justificadas por serem vidas vistas como animalizadas, objetificadas, sujas e/ou violentas.

Qualquer tentativa de caracterização, nesse sentido, de determinado grupo social pode se tornar leviana ao tentar propor uma homogeneização, faz-se necessário reconhecer que diversas características pessoais e traços particulares que nos diferenciam. Buscando romper com esta tendência homogeneizante, a mais evidente das características da população em situação de rua é a heterogeneidade, deste modo considera-se que não há um perfil, há perfis, são populações. As populações em situação de rua se subdividem por fatores múltiplos,

a variedade de soluções dadas à subsistência e formas de abrigo, o tempo de permanência na rua, a trajetória anterior à situação de rua, a herança cultural e social, o tempo e as formas de rompimento dos vínculos familiares, os tipos de socialização que se consolidaram na rua, a rotina espacial, o uso de substâncias químicas (álcool e/ou drogas) e o seu grau de comprometimento, as condições de autoestima, o sexo, a idade, a escolaridade e as formas de reintegração que almejam, são fatores que dificultam uma conceituação que não seja reducionista ou mesmo unifocal (BORIN, 2003 *apud* SILVA, 2009, p. 124).

Dos fatores mencionados, ainda faltou acrescentar a orientação sexual e a identidade de gênero que também são demarcadores sociais relevantes no contexto das ruas. Para tanto, conformando com o pensamento de Silva (2009) há nesse emaranhado de características, três condições que estão entrelaçadas e de modo geral atravessa as populações em situação de rua, são elas: a pobreza extrema, não aquela atribuída a causas individuais/pessoais, mas uma condição estrutural, “Estamos nos referindo a uma forma de inserção na vida social, a uma condição de

classe e, portanto, abordamos a pobreza como categoria histórica e socialmente construída, como fenômeno que não pode ser tomado como natural” (YASBEK, 2012, p. 290).

A segunda, são vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, reafirmando que família aqui é pensada como grupamentos relacionais recíprocos em afetividade e cuidado, sendo que este rompimento pode ter causalidades estruturais, com os problemas da ordem econômica quanto aqueles associados a história de vida. Reforçamos que isso não é um viés de culpabilização familiar, como vemos em alguns discursos que afirmam “a família abandonou/não quis cuidar”, entretanto estamos falando de algo que transcende as afinidades pessoais e passa a um plano mais estrutural das relações.

Já a terceira condição comum a este grupo social é a inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e/ou sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, em conformidade com a denominação adotada pela própria Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR). Nesse sentido ampliamos a noção mais reducionista de pessoa em situação de rua, pois para muitos, para a caracterização da situação de rua, é determinante que esses indivíduos não tenham casa e/ou que durmam nas ruas, entretanto, o que tanto a legislação, quanto a teoria social nos indica, é que se a pessoa se encontra em situação de vulnerabilidade, tendo os eixos centrais da sua sociabilidade e/ou sustento nas ruas, ou mesmo se ela passa temporadas abrigadas em casas de familiares e depois regressa a viver na dinâmica das ruas, em nenhum desses casos deve-se ser excluída a essa pessoa a classificação de pessoa em situação de rua e todos os direitos assim como as fragilidades que veem embutidos com essa classificação.

Para além das similaridades e discrepâncias que envolvem este grupo populacional no âmbito qualitativo, é importante apresentar como essas características são expressas quando quantificadas, em especial quando vamos pensar em políticas públicas, pois possibilitam uma maior visibilidade ao contingente total, mas também reforçam às suas especificidades. Entretanto, sabemos das dificuldades em aplicar esse tipo de quantificação com a população em situação de rua, isso se dá pela dificuldade de acesso a essas pessoas, mas especialmente por esse ser uma população flutuante, ou seja, elas transitam por muitos espaços na mesma cidade e até mesmo entre cidades diferentes, por isso, quando trazemos

dados sobre essa população sempre falamos em dados relativos e nunca em dados totais.

O primeiro e único Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no período de Agosto de 2007 à Março de 2008 em setenta e uma cidades brasileiras. Essa pesquisa identificou um quantitativo de 31.922 (trinta e um mil, novecentos e vinte e duas) pessoas acima de 18 anos em situação de rua nas cidades pesquisadas, sendo esta predominantemente masculina e jovem.

Outra pesquisa quantitativa em âmbito nacional que se tem depois desse Censo, foi desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que com base em dados do Censo do Sistema Único da Assistência Social (Censo SUAS) de 2015, projetou que o Brasil tem mais de 100.000 mil pessoas em situação de rua²⁷. Em contrapartida, estamos em 2020, ano em que será realizado o Censo 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e se faz necessário salientar que, mais uma vez as pessoas em situação de rua não serão contabilizadas nesse levantamento, mesmo com os tensionamentos das instituições e movimentos voltados ao tema²⁸.

Embasando-se na Pesquisa Nacional de 2008, que de fato é a única que temos em âmbito nacional pautada na quantificação de dados, não em estimativas e projeções, com o objetivo de pensar o perfil da população em situação de rua no Brasil. Podemos afirmar que trata-se de uma população majoritariamente masculina e jovem, 53,41% de homens com idade entre 26 a 45 anos, já a subdivisão feminina por faixa etária são predominantes nos grupos etários mais baixos, entre 18 a 25 anos representam 21,17% do universo pesquisado, 31,06% na faixa entre 26 a 35 anos e 23% de 36 a 45 anos, com o avançar da idade essas taxas decrescem significativamente e nos faz refletir sobre as implicações de gênero no “modo de vida na rua” e seus agravamentos para a população idosa.

Considerando o quesito raça/cor, por toda a reconstrução histórica que já foi realizada nesse texto, não nos surpreende saber que se trata de uma população de

²⁷Informações disponíveis em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819.

²⁸ Informações disponíveis em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especial-cidadania-populacao-em-situacao-de-rua?utm_medium=share-button&utm_source=whatsapp.

autodeclarados pretos 27,9%, que em contraste com a autodeclaração da população brasileira, em geral, representam apenas 6,2%, mediante dados censitários do IBGE (2012). E em discrepância a autodeclaração preta, temos, quanto a população em situação de rua, um índice de autodeclarados pardos um quantitativo que representa 39,1%, em proporção bem semelhante à identificada na população em geral 38,4%, e os que se autodeclararam brancos há um contingente de 29,5%.

Em relação a escolaridade e aos níveis de acesso ao ambiente formal de aprendizagem os dados são alarmantes, (63,5%) não concluíram o primeiro grau, assinam apenas o próprio nome (8,3%) e (17,1%) não sabem ler e escrever. Com ensino superior completo temos no universo pesquisado um contingente de somente (0,7%) dos entrevistados.

Coadunando com as três características que Silva (2009) aponta como comuns a este grupo populacional a pesquisa buscou também investigar as razões que os levaram ao modo de vida nas ruas e dentre as justificativas referem-se desemprego (29,8%), o que nos leva a identificar a condição estruturante destes como exército industrial de reserva. Para além dessa motivação estrutural do sistema capitalista, identifica-se uma justificativa igualmente relevante para levar-lhes à situação de rua que são as desavenças com pai/mãe/irmão (29,1%). Outra motivação que na pesquisa supera quantitativamente as anteriores são os problemas referentes ao alcoolismo e/ou drogas (35,5%).

Outro dado importantíssimo a esse grupo social e que perpassa a (in)existências, assim como a eficiência das políticas públicas voltadas a essa população, é o que se refere ao tempo de permanência nas ruas, essa pesquisa nos revela que (48,4%), ou seja, quase metade da população em situação de rua, está a mais de dois anos dormindo na rua ou em albergues. Quando se amplia para mais de cinco anos este número chega a (30%). Como descrito na própria pesquisa temos, mediante esses dados uma cristalização da situação de rua como modo de vida.

Quando se refere a trabalho e renda os dados da Pesquisa Nacional nos apresentam que (70,9%) do contingente entrevistado desenvolve alguma atividade remunerada e (58,6%) afirmaram ter alguma profissão, o que vai de encontro absoluto com a ideia de que essas pessoas seriam preguiçosas e/ou pouco interessadas. Com tudo, as atividades laborativas desempenhadas situa-se no âmbito da informalidade, uma vez que apenas (1,9%) dos entrevistados afirmam trabalhar de carteira assinada no momento da pesquisa. E isso não é uma pontualidade, se (47,7%) dos

entrevistados nunca trabalharam formalmente e tiveram sua carteira assinada e aqueles que afirmaram que já tiveram a Carteira de Trabalho assinada alguma vez na vida, declararam que isso havia muito tempo. É importante salientar que esses dados reforçam o indicativo que muitas dessas pessoas não conseguiram se estabelecer no sistema capitalista também por falta de oportunidades, e não exclusivamente por um desinteresse.

As atividades remuneradas desenvolvidas na condição de rua, em geral não tem continuidade, são popularmente conhecidos como “bicos”, dentre as que mais se destacam nos dados dessa pesquisa encontram-se: a de catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), trabalhos na construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Confirmando que associar a imagem das pessoas que estão em situação de rua tão somente a mendicância é um equívoco, de acordo com essa pesquisa apenas 15,7% do quantitativo é composto por aqueles que pedem dinheiro como principal meio de sobrevivência (BRASIL, 2009b).

Outro eixo de grande importância identificado na pesquisa é a posse da documentação pessoal, (24,8%) das pessoas em situação de rua não possuem nenhum documento de identificação. A ausência de documentos tem diversos rebatimentos, dentre os quais o acesso ao mercado formal de trabalho, a serviços e políticas públicas, tais como os benefícios socioassistenciais, para além dessas situações formais mais concretas, precisamos lembrar de todo o poder simbólico que está relacionado ao ter ou não documentos, muitos dos discursos que são lançados a essas pessoas às categorizam como indigentes, por não deterem seus documentos, reforçando o não lugar, a invisibilidade no contexto social mais amplo.

Por falar em políticas governamentais, sua cobertura de modo geral não alcançam as pessoas em situação de rua, (88,5%) afirmaram não receber qualquer benefício dos entes governamentais, número este que é diretamente relacionado com o dado anterior, já que a grande maioria dessas políticas exigem a comprovação dos dados e apresentação documentos, além da provação da necessidade. Dentre o quantitativo que obteve êxito no acesso aos benefícios temos: aposentadoria (3,2%), Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (1,3%).

Considerando a relevância dos dados qualitativos para a visibilidade numérica e para alarmar os perfis, como também as condições sociais a que a população em situação de rua está exposta, uma outra pesquisa desenvolvida no âmbito local, realizada em Salvador – BA, no ano de 2017, permite um diálogo entre as análises

das conjunturas macro para a micro. A pesquisa intitulada *Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade de Salvador, Bahia, Brasil*²⁹, tem como metodologia observacional de análise “a intimidade do olhar”, deste modo seus dados são estimados.

Partindo do pressuposto que foram realizadas 22. 498 (vinte e duas mil, quatrocentos e noventa e oito) observações, segundo o relatório da pesquisa, apresentam que o número mínimo possível estimado de pessoas em situação de rua em Salvador é de 14.513 (quatorze mil, quinhentos e treze) e o número máximo possível estimado é de 17. 357 (dezessete mil, trezentos e cinquenta e sete).

A partir desse quantitativo, na perspectiva de gênero não há muita discrepância com relação aos valores apontados na Pesquisa Nacional, tem-se (77,8%) do universo pesquisado de homens, (14,2%) de mulheres. No entanto, a pesquisa em Salvador traz duas novas variáveis, Queer³⁰ (0,9%) e Pessoa³¹ (6,9%), por se tratar de uma observação. Na dimensão raça/cor o perfil observacional da pesquisa também tem suas especificidades, por pautar na identificação e não da autodeclaração. Deste modo, a pesquisa identificou (59,3%) de negros, (29,6%) de pardos, brancos (4,3%) e não foi possível observar (6,8%) deste quesito.

Desenvolvendo um comparativo entre as pesquisas, especialmente no que tange a questão racial, foi possível identificar que os dados destoam entre os quantitativos de brancos, pretos e pardos, esta discrepância pode ser justificada pela diferença no método de obtenção dos dados. Porém, não há como não levar em consideração que Salvador é a cidade mais negra fora do continente africano, sem deixar, no entanto, de associá-lo ao racismo estrutural que conforma nossa sociedade e condiciona a população negra às camadas sociais mais periféricas, e que reflete em muitas vezes numa negação, mesmo que inconsciente dessa identidade.

Vale aqui reafirmar que o nosso interesse com o desenvolvimento dessa pesquisa não está no mapeamento, nem na conformação da existência de um perfil para a população em situação de rua, apesar de não desconsiderar a importância de

²⁹ Esta pesquisa foi realizada pelo Projeto Axé em parceria com a Universidade Federal da Bahia, Movimento Nacional de População de Rua e União do Baleiros, com financiamento da Unesco, através do Prêmio Criança Esperança 30 anos.

³⁰ Palavra da língua inglesa utilizada para abarcar as pessoas que distoam da heteronormatividade e/ou binarismo de gênero (feminino ou masculino), a exemplo das trans.

³¹ A categoria pessoa na pesquisa é destinada quando não foi possível identificar o sujeito observado em nenhuma das variáveis de gênero anteriores devido às condições ambientais/contextuais.

estudos com esse foco. “A possibilidade, o desejo, a necessidade de olhar a rua, se multiplica pelo país a partir de inúmeras experiências” (PAICA-RUA, 2011, p. 22). Assim, a proposta aqui é materializar o lugar de fala das mulheres em situação de rua, por inclusive reconhecer a capacidade crítica dessas mulheres de avaliarem o benefício sociassistencial em que são público-alvo.

4 MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: INTERSECCIONALIDADE E ESTIGMA

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
(Conceição Evaristo)

Neste capítulo abordaremos mais especificamente a intersecção entre a situação de rua e as mulheres, lembrando que as mulheres que experienciam a condição de rua, inclusive pela formação sócio histórica do Brasil, possui cor e classe, são mulheres negras e pobres e essa soma lhes impõe a ocupar a base da pirâmide social. O número de estudos que problematizam as particularidades das mulheres em situação de rua e as desigualdades vivenciadas por elas, dentre outras coisas no acesso às políticas públicas destinadas a este público, é ainda incipiente.

Conforme já afirmado no capítulo anterior mediante às pesquisas quantitativas previamente publicadas, apesar de as mulheres não serem numericamente maioria na condição de rua, elas são ainda mais invisibilizadas e passam por situações múltiplas de exclusão social. Esta realidade completamente masculinizada intensifica a assimetria das relações de poder entre homens e mulheres, tornando-as conseqüentemente mais vulneráveis, especialmente às situações de violência (ROSA E BRETAS, 2015). No entanto, antes de adentrarmos na discussão das vulnerabilidades e estigmas a que essas mulheres estão cotidianamente expostas, é fundamental reafirmarmos que a discussão do ser mulher, rompendo com a lógica universalizante que homogeneíza a categoria à realidade das mulheres brancas, faz-se necessário também dissocia-la da perspectiva biologizante do sexo feminino, mas em concordância com Judith Butler (2003), o processo de construção dos corpos/identidades femininos ou masculinos não fica demarcado somente pelo sexo, mas atinge a tríade sexo-gênero-sexualidade, o que conseqüentemente ultrapassa as

diferenças físicas e fisiológicas, perpassa porém os traços socioculturais normatizadores.

Por muito tempo foram invisibilizadas pelo feminismo que se utilizava do discurso universalizante, assumindo assim uma postura excludente com as identidades e as opressões vivenciadas por mulheres negras e por mulheres trans, exatamente porque “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis e permanentes” (BUTLER, 2003, p.18). Já não é admissível a compreensão do “ser mulher” pela imposição do determinismo biológico e por isso usar o gênero como categoria interpretativa histórica, por seu caráter social que rompe com a perspectiva da naturalização. É fundamental historicizar as análises de gênero de maneira crítica, interconectando-a raça, classe e patriarcado³², como se configuram e são influenciados pelo sistema capitalista (ALMEIDA, 2019).

O conceito de gênero³³ como sendo uma categoria analítica tem sido central em campos de debates ou melhor dizendo tornou-se um terreno de disputas na avaliação do seu sentido, passou a ser utilizado pelas feministas fazendo inferência às relações de poder entre os sexos. Assim, o conceito de gênero emerge não mais como sinônimo do sujeito mulher ou para contar a história delas, mas para dar conta de um sistema de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder que sustentam a construção social das diferenças sexuais (BORGES E COSTA, 2011).

Deve-se ressaltar, no entanto, que o patriarcado e o racismo não são invenções do capitalismo, conforme muito bem elucida Heleieth Saffioti: “Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação/exploração” (1987, p. 60). Seguindo este direcionamento que indica o entrecruzamento entre as relações de classe e gênero no âmbito do capitalismo, Antunes aponta,

as relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado

³² O patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e a exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina (SAFFIOTI, 2004).

³³ Sabemos que a discussão de gênero inclui também a transgeneridade, ultrapassando o binarismo homem/mulher, desse modo conseguimos acessar uma mulher trans em situação de rua para compor o público da pesquisa.

de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (1999, p. 109).

Esta discrepância fica nítida, uma vez que a exploração às mulheres trabalhadoras acontece de forma mais intensa do que sobre os homens, e essa exploração se expressa em menores salários na execução de funções semelhantes, no número superior de mulheres expostas à trabalhos temporários e informais, sua tendência maior ao desemprego e essas desvantagens são acirradas quando se tratam das mulheres negras³⁴. Identificar tais desigualdades contribui para de certo modo reafirmar que a classe trabalhadora não é homogênea, ela possui suas particularidades e singularidades e reafirmá-las não significa propor uma fragmentação. Acreditamos que a produção e reprodução da vida, das relações sociais são compostas não apenas pela classe, mas também por raça/etnia, gênero e sexualidades.

Nesse sentido, considerando todas as discussões e contradições que perpassam as categorias sexo/gênero, esta análise aqui embasa-se na perspectiva afrocentrada, exatamente por identificar a necessidade de analisar gênero sem secundarizar o debate de raça e classe. Coadunando com as contribuições Mirla Cisne e Silvana Mara Morais dos Santos,

[...] ainda que sejam fundamentais as mudanças no nível das relações (relations) que estabelecemos no cotidiano, para pensarmos na emancipação da mulher é preciso atingir as relações (rapports) antagônicas que estruturam as desigualdades para nós: as relações sociais de classe, sexo e raça (2018, p. 53).

Deste modo, não podemos dizer que todas as mulheres experimentam as mesmas opressões, apesar de estarmos todas inseridas nas relações patriarcais de gênero que delimitam os papéis sociais femininos e masculinos. No entanto, não há como negar que os atravessamentos da dimensão étnico-racial influenciam diretamente nesses papéis sociais de gênero. Buscando contribuições para a compreensão destes intercruzamentos que identificamos e reafirmamos a potência do discurso de Sojourner Truth³⁵, na Convenção dos Direitos das Mulheres nos Estados

³⁴ Informações obtidas com base em dados do Relatório da Comissão Externa da Feminização da Pobreza realizado em 2004 pelo Senado Federal.

³⁵ Mulher negra, ex-escravizada, militante abolicionista, pioneira na luta pelos direitos civis dos negros e das mulheres nos Estados Unidos.

Unidos, de 1851, que recentemente foi transcrito na íntegra por Ângela Davis, em seu livro *Mulheres, raça e classe*:

aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu ari e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? (DAVIS, 2016, s/p).

Neste trecho do seu discurso, Sojourner Truth desmonta a perspectiva de igualdade de opressões, as exclusões vivenciadas por mulheres negras não podem ser igualadas pelas vivenciadas por mulheres brancas, e isso fica ainda mais evidente nos países colonizados, que ancorado no sistema patriarcal escravocrata, objetificava todos aqueles que fugiam do padrão colonizador. Neste aspecto, como salienta Sueli Carneiro,

nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca [...] fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto (2003, p. 49).

Como fica evidenciado na citação acima, historicamente as ruas sempre foram espaços ocupados pelas mulheres negras brasileiras. No entanto, este sempre foi um espaço de subalternidade, de estigmatização.

4.1 ENTRELAÇANDO CONCEITOS: gênero, raça, drogadição e vulnerabilidade

Se ser mulher nessa sociedade patriarcal moralizante já nos coloca em um lugar de subjugação, estar em situação de rua é ser mulher, pobre, negra e adicta (ou não) a Substâncias Psicoativas (SPAs), trata-se de ser atravessada por uma encruzilhada de opressões que se interseccionam. Deste modo, compreendemos a relevância de se fazer uma análise interseccional no âmbito dos estudos que

envolvem a população em situação de rua por se tratar de uma população atravessada raça, classe, gênero e vulnerabilidades.

De acordo com os estudos da feminista negra Kimberle Crenshaw (2004), a intencionalidade em conceber a intersecção era criar uma estrutura provisória para analisar as discriminações de raça e discriminações de gênero sofridas por mulheres negras e compreender como essa relação entre raça e gênero interfere no cotidiano dessas mulheres. “Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero” (CRENSHAW, 2004, p. 09).

Como muito bem nos traz em suas formulações teóricas, Grada Kilomba, por estar em absoluta oposição à branquitude e à masculinidade, “mulheres negras, entretanto, não são brancas, nem homens, e exercem a função de o ‘outro’ do outro” (2019, p. 124). Sendo este um lugar de desumanização e subalternidade muito mais difícil de ser superado, e exatamente por isso necessita de um olhar interseccional, a fim de evitar generalizações que mais contribuem para reafirmar as opressões já vivenciadas.

Pensando nessa negligência feminista, ao pensar as mulheres como uma identidade comum, em seu livro *Problemas de gênero*, Butler (2015) reafirma que o gênero intersecciona com diversas identidades constituídas de forma discursiva, como raça, classe, etnia, sexo etc. sendo impensável separar o gênero das intersecções políticas e culturais.

Dialogando com os pressupostos das feministas negras norte-americanas, Luiza Bairros agregou a discussão sobre interseccionalidade trazendo à baila a situação da mulher negra brasileira e articulando sua teoria com o ativismo e a intervenção política.

Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões

não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra (BAIRROS, 1995, p. 461).

Ao desenvolver esta análise, Bairros acrescenta ainda ocupar este lugar de entrecruzamento de múltiplas opressões, pode ser também uma perspectiva suficiente para organização da luta por uma supressão dessa marginalidade que lhe é peculiar. Sendo, portanto, um convite a luta, a organização e a superação da estigmatização imposta às mulheres negras, conseqüentemente um chamado à inversão a lógica de responsabilização das mulheres negras pela sua condição, mas de responsabilização das macroestruturas de dominação.

Romper com esta tendência de culpabilização e responsabilizar quem retroalimenta esta perversa estrutura de dominação é fundamental para romper com a objetificação dessas mulheres, pois como aduz Patrícia Hill Collins (2019), as imagens de controle/desumanização são designadas para escamotear o racismo, o sexismo, a pobreza e outras injustiças sociais, fazendo-os parecer natural, um contexto inevitável do cotidiano, assegurando assim sua manutenção opressora.

Diante dessas inúmeras contribuições teóricas e epistemológicas, reafirmamos que quando tratamos de temas como o consumo de substâncias e a situação de rua, as questões raciais e de gênero se tornam necessárias e indissociáveis à discussão. Desconsiderar o debate da interseccionalidade produz epistemicídio³⁶, por esse motivo, intelectuais como Angela Davis, Kimberlé Crenshaw, Patrícia Hill Collins, Sojourner-truth, Grada Kilomba, Luiza Bairros são fundamentais para o entendimento dos sistemas de opressão que estamos inseridos, a qual esta pesquisa se debruçou.

As sociedades seguem padrões moralizantes e tendem a superdimensionar a substância e objetificar os sujeitos que a consome, colocando a droga nesse lugar de malignidade, mas deve-se ressaltar, no entanto, que, há ainda a divisão entre o lícito e o ilícito. Sendo o uso/abuso das substâncias legalmente consideradas lícitas, como o álcool, tabaco e medicamentos tolerado e incentivado, já as ilícitas como maconha, cocaína, crack criminalizado e demonizado.

³⁶ Conceito criado pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos, estudioso das epistemologias Sul Global, com o objetivo de explicar o silenciamento e/ou invisibilização das contribuições do saber ocidental nos âmbitos culturais e sociais, propondo uma nova postura epistemológica para recuperar as experiências e saberes relegados pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Para maiores informações a respeito acessar material disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Antologia_Boaventura_PT1.pdf.

Ainda que exista esse enredamento em torno da substância, é inegável que seu uso não pode ser compreendido fora da conjuntura sociocultural em que o sujeito que a utiliza está inserido, pois é nesse contexto que ele organiza os elementos simbólicos e os processos de singularização que servem para orientação de sua vida, para construir e desconstruir identidades, edificar rede simbólica de proteção, de pertencimento, de solidariedade, para criar e reforçar laços culturais, experimentar e interpretar suas próprias vivências, estabelecer regras e normas e para cuidar de sua própria sobrevivência (MEDEIROS, 2011).

As pessoas que consomem substâncias psicoativas são heterogêneas, no entanto, há no senso comum uma tendência homogeneizante, como se fossem todas um único bloco, desconsiderando os padrões e contextos desse uso e as especificidades dos sujeitos. As particularidades das mulheres que usam/abusam de Substâncias Psicoativas (SPAs), por exemplo, são identificadas por condições e necessidades características, que geralmente estão associadas à: atuação como profissionais do sexo; traumas decorrentes de situações de violências e abusos vivenciados quando crianças e/ou adolescentes; gestação; responsabilidades no cuidado com as crianças e com os parceiros; questões de saúde mental.

As contribuições de Das Veena (2006) nos levam a compreensão de como o gênero é acionado constantemente para as mulheres usuárias de drogas, em especial o crack, que se relacionam com os poderes hegemônicos do tráfico e da política, como uma gramática que vai autorizar a violência cotidiana, a autora chama atenção ainda para o silenciamento desse sofrimento.

Quando tratamos sobre a construção social do consumo de drogas como um problema, não há como desconsiderar o papel da mídia na criação de consensos homogeneizantes sobre as pessoas que usam drogas, dando ênfase à criminalização e a patologização. Seguindo nesse direcionamento, Cristina Brites, importante pesquisadora sobre drogas no campo do Serviço Social, aponta relevantes contribuições ao debate das ao afirmar que,

as consequências da criminalização no campo das drogas podem ser auferidas nas sociedades contemporâneas através do crescimento do tráfico de drogas, da violência, da corrupção e, principalmente, da marginalização dos usuários das drogas consideradas ilícitas, que passam a ser alvo da repressão e perdem visibilidade pública, o que os afasta dos serviços de saúde, dos equipamentos sociais e educacionais. O que permite constatar que a criminalização não tem

contribuído para reduzir os danos sociais e de saúde associados ao uso de drogas e, em muitos casos, tem contribuído para o seu aumento, já que a clandestinidade do uso de algumas drogas impede sua visibilidade política e pública – esfera necessária para a construção de respostas no âmbito das políticas sociais (2006, p. 48).

Seguindo nesta baila não há como negar que os processos de criminalização e invisibilidade política/pública se tornam ainda mais acirrados quando essas usuárias de substâncias são mulheres.

Para a mulher, a quem é dada a responsabilidade social da reprodução, o debate acerca do uso de drogas ilícitas, sobretudo o crack, retoma com toda a força o viés biomédico: a mídia cumpre um importante papel de disseminar o imaginário social de que o uso de drogas entre mulheres possui um risco maior, dado toda a expectativa social depositada nas funções sociais que estão destinadas a mulher em nossa sociedade, sobretudo as mulheres negras (MALHEIRO, 2020, p. 146).

Segundo Hochgraf e Brasiliano (2006), o estigma para a utilização de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas é maior para as mulheres. Este subgrupo é mais comumente associado aos estereótipos de maior agressividade, tendência à promiscuidade e falhas no cumprimento do papel familiar.

Há em nossa sociedade uma tendência proibicionista que imputa as discussões no campo do uso de drogas à estigmatização, não obstante os consumidores de SPAs ilícitas estão constantemente expostos a situações de violências simbólicas, estigma esse que se expressa nas interações interpessoais, mas também nas respostas públicas do Estado. O conceito de estigma aqui adotado é referenciado no sentido dado por Erving Goffman na década de 1950, onde o mesmo indica que o estigma resulta da atribuição de uma identidade social estereotipada deteriorada e da caracterização como desviante da norma.

Em seu estudo clássico, o estigma foi definido como

um significativo descrédito atribuído a uma pessoa com uma diferença indesejável que se constitui em poderoso signo de controle social usado para marginalizar e desumanizar indivíduos que apresentam certos traços socialmente desvalorizados (GOFFMAN, 1975, p. 53).

Ou melhor dizendo, um atributo negativo (depreciativo), que torna o sujeito diferente, diminuído ou possuidor de uma desvantagem.

A estigmatização de sujeitos destrói identidades sociais, enfatizando desvios e mascarando o caráter ideológico dos estigmas (GOFFMAN, 1975). Na população de usuários de drogas, pessoas em situação de rua, o sofrimento subjetivo relativo às situações cotidianas de estigmatização e violência pode ser percebido nas narrativas e nas marcas corporais destas pessoas. Goffman propõe uma ação de sociabilidade a ser operada no nível microssocial, ou seja, nas relações cotidianas com os usuários.

Como estratégia de aprofundamento da concepção de estigma adotada por Goffman, Parker e Aggleton (2001) compreendem a estigmatização enquanto um processo social e os processos de discriminação das pessoas estigmatizadas como processos que materializam relações de poder e dominação. De acordo com os autores, a estigmatização é um processo social que reforça a desigualdade, ou seja, é empregado para transformar sistematicamente diferença em desigualdade (de classe, de gênero, de idade, de raça ou etnia, de sexualidade ou orientação sexual).

Tais desigualdades se expressam de múltiplas formas, e desencadeiam a destituição da humanidade dos sujeitos, fazem com que as vidas sejam banalizadas e invisibilizadas, segundo Butler (2016), certas vidas são consideradas merecedoras de existência, de proteção e passíveis de luto, outras não. A vida das mulheres em situação de rua, usuárias de substâncias, distanciam-se dessas noções de humanidade, é cotidianamente banalizada por julgamentos morais e um discurso midiático de orientação moralista, sexista e racista.

Mais do que o pensamento em termos de classes sociais, a raça se constituiu como uma sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas ocidentais/colonialistas, sobretudo quando se trata de imaginar a inumanidade de povos subalternos e a dominação que deve exercer-se sobre ele (MALHEIROS, 2020, p. 161).

O projeto hegemônico e colonial que embasa historicamente a sociedade brasileira está pautado no controle e no genocídio da população negra, amparados no mito da democracia racial³⁷, contextualizado na justificativa de uma suposta Guerra

³⁷ O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites

as Drogas³⁸, que é fortemente marcada por um caráter racial conferindo os corpos negros como corpos matáveis. E como bem elucida Flauzina (2008), a filiação racial informa processos de humilhação, subordinação, demonização, criminalização e desumanização de pessoas negras em nossa sociedade e proteção a pessoas brancas, assegurando a continuidade do projeto colonial pós-escravagista.

O projeto de Guerra às Drogas adotado no Brasil preserva e mantém a hierarquia racial, cumprindo a função de assegurar os privilégios da branquitude e a criminalização do povo negro, independentemente da quantidade de substâncias. Ou seja, esta guerra orquestrada pelo Estado, gera acima de tudo o controle dos corpos negros, é uma guerra que acentua o racismo institucional.

No âmbito das políticas públicas, os processos de estigmatização estrategicamente produzem e reproduzem relações sociais e desigualdades validadas frequentemente pelos saberes técnicos e suas 'estruturas de verdade' (MONTEIRO E VILELA, 2013, p. 106).

4.2 VIVER EM SITUAÇÃO DE RUA E AS ESPECIFICIDADES FEMININAS

Conforme já mencionado anteriormente, o fenômeno população em situação de rua é multicausal e dinâmico, conforme as contribuições de Rosa e Bretas,

[...] A vida na/e da rua não permite clichê; ela é múltipla, é complexa, é lócus de conflito e contradição social; aliás, viver na/e da rua per si é uma violência e escancara a desigualdade de direitos dentro de uma sociedade (2015, p. 276).

Esta desigualdade fica evidente com a negação de direitos básicos, com a atuação mínima do Estado, o que impõe a população em situação de rua condições de vulnerabilidade extrema e conseqüentemente à margem do socialmente aceito. Em função dessa situação de vulnerabilidade, as pessoas em situação de rua são

dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são símbolos nacionais pelas elites dirigentes (MUNANGA, 1999, p. 80).

³⁸ Não se trata apenas de uma guerra em nome da erradicação da substância, a Guerra às drogas é uma verdadeira cruzada moral que tem desencadeado no Brasil o extermínio da população negra.

rotineiramente vinculadas a ideia de mendicância e marginalidade, sendo que a centralidade da questão deveria ser a debilidade do Estado frente à garantia de direitos.

É necessário romper com essa lógica de necessidade de retirar essas pessoas da rua e/ou culpabilizá-las por suas realidades e escolhas sem lançar mão de uma perspectiva verdadeiramente compreensiva, que não patologize, objetifique e/ou coisifique tais pessoas e contextos, pluralizando e admitindo a emergência dos elementos dinâmicos das pessoas e suas realidades (GLÓRIA MACHADO, 2016, p. 13).

O que fica ofuscado com essa associação à marginalização são as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pela maloca³⁹, sem qualquer tentativa de romantização, as pessoas em situação de rua pensam e estruturam seu espaço sem esta diferenciação pré-estabelecida entre a rua e a casa. Desenvolvem redes de solidariedade, se constituem como família, a família da rua, com todas as complexidades que as relações familiares cotidianamente têm, mas sem perder de vista a cooperação entre si.

Em conformidade com o pensamento de Da Matta (1986) a sociedade brasileira delimita espacialmente os sujeitos, a casa é um lugar moral, para além de um lugar físico, é o local onde se abriga a fragilidade, já a rua é o espaço perigoso, conflituoso, logo é inapropriado para mulheres e crianças. Não obstante, as mulheres são identificadas como desviantes quando estão em situação de rua.

Apesar de estarem em menor número, de acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2009), as mulheres correspondem a em média 18% da população em situação de rua, deve-se no entanto ressaltar que esta última pesquisa censitária foi realizada a um tempo considerável e o contexto da pandemia, conforme já citado tem aumentado o número de pessoas em situação de rua e algumas publicações mencionam um crescimento no número de mulheres no atual contexto, mas não há dados oficiais que confirmem⁴⁰. Para além dos números, é inegável que as mesmas estão mais expostas a situações de violências e vulnerabilidade, assim como são mais invisibilizadas também. De modo geral, são

³⁹ O termo maloca é muito escutado na rua, é o modo como as pessoas em situação se autodenominam.

⁴⁰ Informações disponíveis em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/especialistas-veem-aumento-de-populacao-de-rua-mas-nao-ha-dados-oficiais/>.

impulsionadas à vivência de rua, por estarem expostas a situações de violências física, verbal e psicológica no ambiente doméstico.

[...] os motivos de idas às ruas são diferentes em relação ao gênero. Enquanto mulheres buscam nas ruas uma alternativa e fuga diante do contexto vivido, permeado por violências, submissão, falta de autonomia financeira, sofrimento psíquico e resultados da desigualdade de gênero; os homens têm nas ruas o resultado do declínio econômico de suas vidas (RIBEIRO, 2020, p. 78).

Para além da vida marcada por violências, desigualdades e submissão à figura masculina, acrescentam outros fatores às mulheres em situação de rua, como a escassez de políticas públicas, segurança e assistência social eficaz, dificuldade de obter e manter o próprio sustento, fatores esses que auxiliam no processo de ida às ruas (BONUGLI; LESSER; ESCANDON, 2013).

A situação de rua exige que as mulheres enfrentem frequentemente, situações que envolvem seu corpo, sua sexualidade, sua maternidade, além de lidar com o estereótipo de mulher socialmente construído e idealizado. Quem se preocupa com a saúde sexual e reprodutiva das mulheres que vivem na/e da rua? Dificilmente as pessoas pensam como é para uma mulher, menstruar na rua, conviver com a Tensão Pré-Menstrual (TPM), com o puerpério nessa situação, o que faz parecer que o fato de estar na rua eliminasse as particularidades biológicas femininas. E só quando escancaramos esta realidade percebemos à condição de absoluta desumanidade a que essas pessoas são submetidas cotidianamente.

A fragilidade nas condições de moradia, renda, emprego e relações afetivas, por vezes leva as mulheres que vivem na/e da rua a tentarem alternativas para obtenção de renda, a exemplo da prostituição e do varejo de substâncias psicoativas. Como bem explicita Ribeiro, “nas ruas elas extrapolam os limites da vulnerabilidade e iniquidade, estando sujeitas as mais precárias condições de sobrevivência” (2020, p. 16).

A experiência de sobrevivência nas ruas para as mulheres é marcada por riscos eminentes, não obstante as notas introdutórias da Pesquisa Nacional identificam, que elas apresentam maiores taxas de mortalidade, e maior morbidade relacionadas à saúde da mulher, como altos índices de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e gravidez indesejada. Além disso, é inegável que todo esse contexto de vida,

marcado por extrema pobreza, violências, estigmatizações e violações de direitos desencadeia e/ou acentua o sofrimento psíquico e o abuso de SPAs.

Ao analisarmos a maternidade no contexto da rua, identificamos que na grande maioria das vezes, a única ação efetiva do Estado é por via de “um controle maior sobre o corpo da mulher e que, muitas vezes, se encerra com o fim da gestação e com a retirada das crianças do cuidado das mães” (SARMENTO; PEDRONI, 2017, p. 8). Como se o contexto em que está inserida por fatores estruturais, lhes tornassem inaptas à maternagem⁴¹, a ofertar cuidado. Práticas essas que retroalimentam o ciclo de violências e fragilização de vínculos que já são característicos da situação de rua.

No ano de 2016, com a participação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) nas conferências e conselhos de direitos, denunciando a realidade vivenciada pelas mulheres em situação de rua, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome publicou uma Nota Técnica Conjunta (NTC) n. 001/2016 (BRASIL, 2016) tratando-se de diretrizes, fluxos e fluxograma para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de substâncias psicoativas e seus filhos/as recém-nascidos/as com o objetivo de estabelecer a primazia do cuidado às mães sobre à judicialização. Prevendo que as mães que desejam permanecer com seus filhos podem ser incluídas em unidades de acolhimento conjunto. Uma tentativa inicial de ruptura do círculo e desassistências e quebra de vínculos que caracterizam o cotidiano dessas mulheres.

Compreendendo toda a complexidade que envolve as vivências das mulheres em situação de rua, coadunamos com o pensamento de Ribeiro (2020) quando a mesma menciona que a resolutividade das demandas não é de alta complexidade e não exigem grandes esforços ou investimentos exorbitantes.

Esse contexto nos faz acreditar que o que ocorre é o extremo desinteresse do poder público em relação à essa população, que sofre violentamente com o descaso do Estado, além de terem seus direitos humanos gravemente violados; associado à uma sociedade em que não se discute sobre (RIBEIRO, 2020, p. 136).

⁴¹ A maternagem estabelece-se no vínculo de afetividade e cuidado dispensado ao filho pela figura materna independente da consanguinidade. Esse cuidado da mulher com os filhos não se restringiria apenas ao atendimento das necessidades básicas do bebê, mas também a uma disponibilidade psíquica, a qual passa a ser denominada maternagem (WINNICOTT, 2000).

Como forma de enfrentamento à esta realidade posta, faz-se necessário estimular a ampla participação nas organizações políticas/coletivas, a exemplo do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), a Rede Feminista Antiproibicionista (RENFA), para os tensionamentos ao poder público e minimização das situações de violação de direitos e para a ampliação dos espaços discursivos para a ampliação dos debates sobre as necessidades legítimas de quem está no contexto da rua.

5 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS LIMITES NA PROTEÇÃO SOCIAL

É preciso que a sociedade volte
os olhos para essas coisas, já
que é ela que as faz.
(Victor Hugo – Os miseráveis)

A proteção social se consolida como um direito social no Brasil. A partir da década de 1930, e como bem pontua Elaine Behring e Ivanete Boschetti, esta criação “resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante” (2011, p. 79). Em sua perspectiva inicial, esta proteção social esteve pautada na lógica do seguro social, porém com acesso limitado aos cidadãos formalmente empregados, caracterizando-se como “uma recompensa ao cumprimento do dever do trabalho” (TELLES, 2001, p. 23).

Somente a partir da Constituição Federal de 1988, a proteção social se consolida numa perspectiva ampliada pautada na universalidade, para além da exigência contributiva, ancorada no tripé da Seguridade Social: a Política de Saúde, a Política de Assistência Social e a Previdência Social. Esta ampliação proporcionou o acesso a direitos à população em geral independentemente do acesso ao mercado formal de trabalho.

[...] a Seguridade ganhou status de direito social, responsabilizando o Estado pela sua garantia e esvaziando a prédica liberal de que a pobreza e a desigualdade eram problemas individuais, gerados pelas próprias pessoas que deles padecem, ou pelos acasos do destino e de circunstâncias imponderáveis. E mais: que sua ampla aceitação desbancou o predomínio da cultura filantrópica sempre presente, assim como impediu que a classe trabalhadora se transformasse em um subproletariado (PEREIRA-PEREIRA, 2008, p. 3).

Ainda no âmbito da Seguridade Social, esta pesquisa volta-se mais especificamente a um segmento da Política de Assistência Social, que conforme disposto no texto constitucional dispõe sobre em seu artigo nº 203,

Art.203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II- o amparo às crianças e adolescentes carentes; III- a promoção da integridade ao mercado de trabalho; IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 2016, s/p).

Diante disso, a Constituição assegura a assistência social como sendo a política que atende as demandas da população pobre, diferenciando-a do assistencialismo e da caridade, que por muito tempo marcaram a assistência social no Brasil, sendo a única estratégia que alcançava a população pauperizada. Outro marco legal posterior a Constituição Federal de 1988, foi a implementação da Política Nacional de Assistência Social em 2004, e sendo mais específica no que tange a garantia de direitos afirma que,

[...] ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas (BRASIL, 2004b, p.11).

Não há como negar que a Assistência Social é atravessada por contradições e projetos políticos em disputa, desde a sua institucionalidade. Para além disso, mediante o rompimento formal com o viés caritativo, a agenda pública passa a destacar e dar espaço aos temas relacionados à pobreza, a partir de 1992, com medidas de combate à fome, depois do pioneiro Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)⁴², proposto pelo senador Eduardo Suplicy (PT), em 1991.

⁴²Independente de críticas e elogios, o Programa de Garantia de Renda Mínima tem o mérito, inquestionável, de ter iniciado o debate sobre a renda mínima na opinião pública brasileira, inspirando a criação de um imenso conjunto de programas de transferência de renda em implementação, por iniciativa de municípios, estados e pelo governo federal. Trata-se de uma modalidade de programas

Os Programas de Transferência de Renda foram criados numa conjuntura socioeconômica marcada pelo crescimento acentuado do desemprego, acompanhado do incremento de formas de ocupações precárias e instáveis, sem a proteção social garantida pela previdência social, crescimento da violência, principalmente nos grandes centros urbanos; ampliação dos índices de pobreza e da desigualdade social (SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI, 2007, p. 130).

E como bem acentua Camila Potyara Pereira acerca das estratégias de enfrentamento a pobreza no contexto brasileiro,

[...] a pobreza nunca foi considerada uma prioridade governamental. Seu enfrentamento sempre esteve condicionado à existência de recursos disponíveis. E como, de acordo com os governos, esses recursos sempre são escassos, as medidas adotadas para o seu equacionamento são precárias e emergenciais. Entretanto, vale notar que a escassez de recurso para o combate à pobreza decorre, como foi dito acima, de prioridades políticas estabelecidas (2008, p. 93).

Nesse sentido, as estratégias de combate à pobreza historicamente foram secundarizadas pelo poder público, mas uma tentativa de mudança se inicia com o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que foi marcado pela criação e implementação de quatro programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Posteriormente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vários estudos de viabilização de programas de transferência de renda foram realizados e esses benefícios foram unificados constituindo o Programa Bolsa Família (PBF), criado através da Medida Provisória nº 132, em 23 de outubro de 2003, tornando-se Lei nº 10.836 em 09 de janeiro de 2004.

[...] a unificação dos Programas de Transferência de Renda não deve ser um mero mecanismo de gestão. Deve, sobretudo, garantir uma efetiva articulação da transferência monetária concedida às famílias com outros programas sociais (principalmente no campo da educação, saúde e trabalho) e com uma política macroeconômica que garanta crescimento sustentável e redistribuição da renda e da riqueza socialmente produzida (SILVA, 2007, p. 1435).

sociais não só factíveis, mas prevalentes no âmbito do sistema brasileiro de proteção social no adentrar do século XXI (SILVA, YAZBEK e DI GIOVANNI, 2008, p. 47).

Sendo assim, o PBF é oficialmente definido como, um programa de transferência diretamente às famílias pobres e extremamente pobres, que vincula o recebimento do auxílio financeiro ao cumprimento de compromissos (condicionalidades) nas áreas de Educação e Saúde (BRASIL, 2005).

Na proposta do Programa, as condicionalidades fortalecem o acesso aos direitos sociais básicos e integram transferência de renda, saúde, educação e assistência social, funcionando como uma pactuação entre o poder público e os beneficiários, onde ambos devem cumprir com suas responsabilidades. As condicionalidades não se aplicam somente às famílias beneficiárias, mas também ao Estado que deve prover a oferta de serviços e equipamentos (BRASIL, 2012). Sendo assim, as condicionalidades têm por objetivo “facilitar e ampliar o acesso das famílias mais excluídas aos serviços de saúde e educação, com possibilidade de contribuir para a redução da pobreza na próxima geração” (BARATTA, 2008, p. 188).

Vale ressaltar que, o que se esperava com a chegada de um governo que se consolidou como popular e democrático, vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), era programa de transferência de renda com características universalizantes, porém, o Programa Bolsa Família manteve a maioria das características focalizadoras e seletivas dos programas anteriores, no entanto com uma abrangência maior. De acordo com o Decreto nº 5.209/2004 em seu Art. 4º, há no PBF cinco objetivos principais: 1) promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; 2) Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; 3) Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; 4) Combater a pobreza; 5) Promover a intersetorialidade, a complementariedade e a sinergia das ações sociais do poder público (BRASIL, 2004a).

O PBF passa a ser gerido pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tendo como seus três macro-eixos: transferência de renda, condicionalidades⁴³ e programas complementares. Além disso, para melhor controle e seleção das famílias pelo MDS, todos os beneficiários estão inscritos em instrumento de identificação das famílias, o Cadastro Único (CadÚnico), que reúne

⁴³ Inicialmente as condicionalidades não eram cobradas com efetividade, no entanto, desde 2006 com a criação do Sistema de Verificação das Condicionalidades (SICON), voltado para o intercruzamento dos dados e a partir de então as contrapartidas de saúde ficam a cargo do Ministério da Saúde através das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as contrapartidas educacionais ficam sob a responsabilidade das secretarias municipais de educação e do Ministério da Educação.

informações autodeclaradas sobre o núcleo familiar, características do domicílio e situação socioeconômica da família. O acesso a este cadastro, possibilita aos governos federal, estaduais e municipais conhecerem as reais condições de vida dos brasileiros e é usado também para possibilitar o acesso a outros programas governamentais.

O cadastramento e a atualização ficam sob a responsabilidade dos municípios (BRASIL, 2015), já a seleção das famílias e concessão do benefício ficam sob a responsabilidade exclusiva da Caixa Econômica Federal, que faz todo o processamento das informações, “Isso limita a intervenção de qualquer gestor seja este federal ou municipal, na seleção efetiva dos beneficiários” (SOARES; SÁTYRO, 2010, p. 32).

O Programa, como o próprio nome especifica, tem como foco às famílias, deve-se ressaltar que nele, conforme preconizado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), é adotado o conceito ampliado de família que não se restringe à consanguinidade, mas “indivíduos que possuam laços de parentesco ou de afetividade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto” (BRASIL, 2004b, s/p). Porém, apesar de destinar-se a família, a titularidade do Bolsa fica prioritariamente com a mulher, ficando esta também responsável pelo repasse e atualização das informações no CadÚnico. Em 2009, o Bolsa Família estende seu público-alvo e passa a assegurar o benefício também a remanescente de quilombos, a assentados rurais, a indígenas, a pessoas egressas de situações de trabalho escravo e à população em situação de rua.

O Bolsa Família denominado pelo Ministério, como um programa que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal per capita de R\$ 77,01 a R\$ 154,00) e extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa) em todo o país. Além da renda per capita, a composição familiar e o número de integrantes na família também são critérios importantes, que inclusive variam o valor do benefício. A partir de 2013, o Bolsa Família passa a trabalhar com quatro modalidades de benefícios:

- Benefício Básico: concedido apenas as famílias em situação de extrema pobreza, mesmo que não tenham crianças, adolescentes ou jovens na sua composição, benefício pago no valor mensal de R\$ 89,00.
- Benefício Variável: concedido àquelas famílias em situação de extrema pobreza, que tenham gestantes, nutrizes, crianças e

adolescentes de até 15 anos frequentando a escola, no valor de R\$ 41,00 por mês e cada família pode receber até cinco Benefícios Variáveis.

- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente: concedido às famílias que tenham jovens entre 16 e 17 anos frequentando a escola, no valor mensal de R\$ 48,00 e podem ser concedidos até dois desse por família.
- Benefício para a Superação da Extrema Pobreza: concedido às famílias que se mantenham com renda familiar per capita igual ou inferior a R\$ 89,00, mesmo depois de receber o valor do PBF, nessa situação, calcula-se caso a caso para que o valor seja suficiente para superar a renda mensal de R\$ 77,00 por pessoa (BRASIL, 2015).

Ao contrário do que falaciosamente o senso comum dissemina, o valor do Bolsa Família não alcança um salário mínimo, o benefício assistencial que alcança esse valor é o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁴⁴, que destina-se a idosos e pessoas com deficiência sem capacidade laborativa e com renda familiar mensal de até $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo por pessoa. De acordo com o documento *Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade*⁴⁵ publicado em 2006, os programas de transferência de renda são fundamentais para a diminuição na desigualdade social no Brasil e são responsáveis pela queda de 28% do Coeficiente de Gini⁴⁶, no período de 1995 a 2004, sendo 21% desse quantitativo só pelo Bolsa Família. Outro avanço significativo alcançado pelo PBF, foi a retirada do Brasil do Mapa da Fome das Nações Unidas⁴⁷ no ano de 2014.

O grande destaque do Programa que possibilita tamanhos avanços é muito mais o número de pessoas que atinge do que o valor pago. Atualmente o Bolsa Família possui 13,9 milhões de brasileiros beneficiários. E o MDS disponibiliza através da sua plataforma digital uma lista de acesso público com todos os beneficiários do Programa⁴⁸, para assegurar o máximo de transparência possível.

⁴⁴ Benefício constitucional assegurado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A156.pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2021.

⁴⁶ Entende-se por Coeficiente de Gini “um indicador que mede, de maneira global, a evolução da distribuição de renda em maior ou menor igualdade, quando aplicado à população” (SALAMA; DESMETARU, 1999, p. 36).

⁴⁷ Informação disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>.

⁴⁸ Para consultar a listagem dos beneficiários do Bolsa Família, basta acessar: https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp.

Apesar dos avanços consideráveis na redução das desigualdades sociais a partir de programas como o Bolsa Família, é evidente que os programas de transferência de renda sozinhos não têm capacidade para extinguir a pobreza brasileira. O documento *Programas de transferência de renda e redução da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil (2004-2011)*, publicado pelo MDS afirma que

a transferência de renda não é suficiente para enfrentar a pobreza. É preciso associar as transferências à oferta de serviços e, se necessário, à ampliação da rede de equipamentos públicos (BRASIL, 2012, p. 267).

Vale ressaltar, que a pobreza que o Bolsa Família pretende combater é definida por somente uma das suas diversas dimensões: a renda. Entretanto, a pobreza não pode ser minimizada ao conceito de renda, vai além

[...] é produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; significa o não acesso aos serviços básicos, à informação, ao trabalho, é não participação social e política (SILVA, 2010b, p. 22).

Coadunando com o pensamento de Dirce Koga, faz-se necessário que as políticas sociais brasileiras rompam com o “paradigma societário pautado sob a égide da pobreza como caricatura e, por isso, passível de ser personificada e identificada a partir de determinadas características individuais, que configurariam a pessoa pobre” (2013, p. 31). Este processo de individualização e de representação do pobre estimula a estigmatização e a naturalização da pobreza no contexto urbano.

Somado a este contexto de pauperização historicamente vivenciado no Brasil, ficou ainda mais latente com a pandemia do Covid-19, sendo assim, o Governo Federal criou, após pressões de movimentos sociais e parlamentares, como estratégia nesse contexto pandêmico, um Auxílio Emergencial, fruto de um processo de grande mobilização das oposições parlamentares, trata-se de um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, Microempreendedores Individuais (MEI), autônomos e desempregados, com o objetivo de proteger emergencialmente no contexto da crise desencadeada pelo Covid-19. No entanto, o Auxílio diferente do Programa Bolsa Família tem como único agente gerenciador a Caixa Econômica Federal. O valor do benefício era inicialmente de R\$ 600,00 mensais, para as famílias

chefiadas por mulheres o valor pago era de R\$ 1200,00 mensais, em 2021 houve uma diminuição no valor para 150 a 375 reais. O auxílio não pôde ser cumulativo com o Bolsa Família, desse modo coube a família escolher o mais vantajoso.

Como o Auxílio Emergencial esteve vinculado à pasta da Economia e não da Assistência Social, muitas pessoas em situação de vulnerabilidade, dentre elas as que estão em situação de rua, tiveram dificuldades em acessá-lo, uma vez que, a via de cadastramento se deu através do celular ou do acesso à internet⁴⁹. Para além disso, houve ainda as dificuldades na obtenção de informações concretas especialmente para as pessoas que não tem acesso aos meios de comunicação.

Tanto no contexto do Auxílio Emergencial, quanto mais recentemente com a implementação do Auxílio Brasil, a barreira digital continua dificultando o acesso das pessoas mais vulneráveis. O que muito nos preocupa pois sabemos o quanto os programas de transferência de renda são estratégias importantes para assegurar minimamente a sobrevivência de seus beneficiários/as.

Outra observação a ser ponderada acerca do Auxílio Brasil, em substituição ao PBF, que apesar de suas limitações, já possuía 18 anos de existência impactando na vida de milhões de famílias em situação de extrema pobreza, este aponta para uma insegurança com o futuro, pois está assegurado somente até dezembro de 2022, quando encerra o mandato do atual presidente. Para além disso, como bem acentua Elaine Behring (2021)⁵⁰, o Auxílio Brasil é acompanhado do desmonte da rede socioassistencial antes articulada ao PBF e de acompanhamento das famílias na articulação com as demais políticas sociais.

5.1 FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DO BENEFÍCIO SOCIOASSISTENCIAL

O processo de inclusão das pessoas em situação de rua no Cadastro Único (CadÚnico) acontece de modo geral por meio de uma interlocução entre a Gestão do Programa no município e os serviços socioassistenciais que prestam atendimento a

⁴⁹ Como exposto na matéria: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/pessoas-em-situacao-de-rua-enfrentam-dificuldades-para-receber-auxilio-1.2247067>.

⁵⁰ Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/11/12/fome-e-oportunismo-eleitoral-um-velho-encontro-conspira-contr-o-futuro-no-brasil-desprotegido-elaine-behring/>.

esse público específico⁵¹. Para este cadastramento, as pessoas em situação de rua precisam portar pelo menos um documento pessoal (CPF, RG, Carteira de Trabalho, Carteira Nacional de Habilitação, Certidão de Nascimento/Casamento, Título de eleitor), sendo o Cadastro de Pessoa Física (CPF) o documento mais cobrado na efetivação do cadastro. A atenção à população em situação de rua não deve se encerrar na inclusão no CadÚnico, mas cabe a Proteção Social Especial do município assegurar a continuidade do acompanhamento socioassistencial à família e sua vinculação aos serviços que compõe esta rede.

Além disso, a atualização cadastral é obrigatória a cada dois anos. Entretanto, caso exista alguma alteração na composição familiar, na condição de moradia, trabalho, renda, a equipe do serviço socioassistencial a que o beneficiário está sendo acompanhado, deverá encaminhá-lo para a realização da atualização dos dados (BRASIL, 2010). Além disso, o campo destinado ao endereço no Cadastro Único conforme o Guia de cadastramento das pessoas em situação de rua⁵², no caso das pessoas em situação de rua, pode ser utilizado o endereço da unidade do serviço socioassistencial em que a pessoa/família está referenciada ou o endereço da unidade de acolhimento indicada por ela.

De acordo com o Relatório do Bolsa Família e Cadastro Único de Salvador – BA⁵³, no município havia em janeiro de 2021 um quantitativo de 180.261 famílias beneficiárias do Bolsa Família, sendo 477.192 pessoas diretamente beneficiadas com o Programa. As mulheres são responsáveis familiares por 90,7% dessas famílias beneficiárias. Vale destacar, no entanto, que o campo do Relatório destinado à descrição numérica das famílias enquadradas nos grupos prioritários do PBF (indígenas, quilombolas, pessoas liberadas de trabalho escravo, situações de trabalho infantil e com catadores de materiais recicláveis) apresenta dois equívocos, primeiro substitui a categoria “população em situação de rua” por “catadores de materiais recicláveis” e em segundo todos os campos estão preenchidos com “zero”, fazendo parecer que não há dentre desse universo de mais de 180 mil famílias nenhuma que se enquadre nesses grupos prioritários.

⁵¹ Em Salvador, cidade onde essa pesquisa está sendo realizada, há uma articulação entre os CentroPOP, o Núcleo de Ações Articuladas para População em Situação de Rua (NUAR) e o Centro Unificado de Inclusão, Desenvolvimento, Assistência e Referência Social (CUIDAR).

⁵² Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/gestao-municipal/processo-de-cadastramento/cadastramento-diferenciado>.

⁵³Relatório disponibilizado para consulta pública em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>.

Não há como negar que o Programa Bolsa Família no molde em que foi instituído não tem condições efetivas para a erradicação da pobreza, até porque considera apenas o aspecto da renda como indicador da mesma, no entanto não se pode desconsiderar seus avanços, dentre eles a segurança alimentar, conforme aponta a pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). O programa melhorou a estabilidade no acesso a alimentos: a garantia de uma renda regular traz melhor segurança para as famílias e estimula o planejamento de gastos e a modificação no padrão de consumo alimentar (MENEZES; SANTARELLI, 2008, s/p).

Podemos citar ainda como limitações do programa, o valor monetário insuficiente para desencadear impactos na condição estrutural de pobreza em que seus beneficiários se encontram, bem como a focalização advinda da perspectiva neoliberal, que inviabiliza o amplo acesso dos seguimentos populacionais. Silva traz provocações sobre a focalização, ao afirmar que

dificuldades para o desenvolvimento de mecanismos e critérios justos e capazes de alcançar toda a população-alvo de um determinado programa, sendo, no caso brasileiro, agravado pelo tamanho do território, diversidade das realidades econômica, social e política dos municípios, além da cultura patrimonialista, do favor e do desvio, com tendências ao favorecimento de parentes, amigos e correligionários (2010a, p. 105).

Frente à tais limitações, mesmo considerando suas potencialidades, faz-se necessário reconhecer que o Programa precisa de transformações estruturais a fim de efetivamente alcançar seu propósito de erradicação da pobreza. Reconhecer as fragilidades do Bolsa Família tem por objetivo estimular sua evolução, no entanto, em novembro de 2021, uma medida provisória extinguiu o Programa criado em 2003, em substituição os beneficiários passam a ser atendidos pelo Auxílio Brasil⁵⁴.

5.2 AS CONDICIONALIDADES NA CONTRAMÃO DO ACESSO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

⁵⁴ Como a alteração ocorreu após a realização das entrevistas e boa parte do processo da pesquisa e escrita já estava em andamento, em função do limite temporal, optou-se por apresentar os dados coletado que mantém o Programa Bolsa Família com enfoque.

As condicionalidades se subdividem da seguinte forma: 1) Para a área da assistência social, são as famílias participarem de atividades socioeducativas e de convivência e programas setoriais; 2) Na área da educação, os compromissos referem-se a frequência escolar de no mínimo 85% das aulas para crianças e adolescentes de até 15 anos e 75% para os adolescentes da faixa etária de 16 a 18 anos; 3) Para a saúde, gestantes e nutrizes devem realizar pré-natal e fazer o acompanhamento gestacional seguindo o calendário mínimo adotado pelo Ministério da Saúde. E assegurar a vacinação e o acompanhamento do estado nutricional das crianças.

O acompanhamento dessas condicionalidades fica sob a cargo da articulação entre os Ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e da Educação. O Sistema de Verificação das Condicionalidades (SICON) é o sistema que armazena e intercruza os dados, através desse sistema os técnicos acompanham se as famílias estão cumprindo com suas obrigações. Nos casos de descumprimento e não acesso aos serviços, faz-se necessário identificar as motivações, repassar as justificativas para o sistema e prestar o suporte devido a família. O descumprimento traz sanções que podem ir desde a suspensão temporária até o cancelamento do benefício.

No primeiro descumprimento a família receberá apenas uma advertência, que não afeta ou altera o recebimento do benefício; No segundo descumprimento a família terá uma sanção e o benefício será bloqueado por 30 dias, mas recebe acumulado no mês seguinte; No terceiro descumprimento, o benefício da família será suspenso por 60 dias; No quarto registro, o benefício da família será suspenso por 60 dias. Nesses dois períodos, as parcelas não serão geradas e a família fica sem receber o benefício; No quinto registro de descumprimento a família poderá ter o benefício cancelado (BRASIL, 2015, s/p).

As condicionalidades do Programa são bastante polemizadas, inclusive pelo fato de manutenção das penalizações nos casos de descumprimento quando estas acontecem por motivações que não dependem tão somente das famílias, a exemplo temos casos de impasses no deslocamento até os serviços, dificuldade de interlocução na relação escola-família.

As condicionalidades estão no centro de uma disputa teórica que divide opiniões. Os formuladores da política defendem, argumentando que a existência das condicionalidades pode possibilitar uma interrupção no ciclo de pobreza à longo prazo,

ao viabilizar as famílias o acesso à saúde, educação e segurança alimentar. Quem as critica, defende a necessidade de um programa incondicional e universal, bem como avalia a exigência da efetividade das condicionalidades como sendo

condicional à disponibilidade e à qualidade dos serviços providos. Uma rápida avaliação dos serviços básicos de educação e saúde no Brasil evidencia, contudo, quanto crítica é sua provisão (KERSTENETZKY, 2009, p. 68).

Há ainda especialistas que avaliam, de forma muito acertada, o debate das condicionalidades não está vinculado à superação da pobreza, mas a visões estigmatizadas sobre os pobres. Defende-se ainda que o Bolsa na contramão da ideia de dependência do Estado, muitas vezes representa um estímulo ao trabalho, pois permite acesso a atividades melhor remuneradas (MEDEIROS; BRITO; SOARES, 2007).

Ao exigir o cumprimento de condicionalidades, o governo transforma o direito em uma compensação e como bem pontua Zimmermann,

o programa deve reconsiderar suas concepções acerca da imposição de condicionalidades e de obrigação aos beneficiários, pois a titularidade de um direito jamais deve ser condicionada (2006, p. 07).

O acesso à serviços públicos é de responsabilidade do Estado, não uma obrigação das pessoas, nesse sentido, coaduna-se com o seguinte pensamento,

a condicionalidade do Programa Bolsa Família constitui em um perverso mecanismo que articula controle e punição, atingindo as camadas mais vulneráveis da população pobre. Ao contrário do que dizem alguns intelectuais e a mídia, o que dificulta que esta política se efetive em termos de alcance, principalmente dos mais pobres, não é uma falha na focalização do público alvo, mas sim a impossibilidade que este público tem em cumprir o que lhe é exigido para que permaneça no programa, o que ressalta a incoerência da condicionalidade (BUENO, 2012, p. 43).

Essa perspectiva de responsabilização da família nos alerta ao fato de que o grupo familiar é sempre associado a presença feminina e a sobrecarga do cumprimento das condicionalidades é de modo geral, imputado às mulheres. Conforme Duque-Arrazola,

[...] embora no discurso estatal o sujeito ativo de tais políticas seja a família, na realidade, este sujeito é a mulher, especificamente a mulher-mãe-esposa-dona-de-casa e/ou a trabalhadora desempregada, cujas identificações sociais de gênero são intimamente relacionadas com a reprodução e o lugar prático e simbólico, tanto nos espaços privados, quanto nos públicos da produção e do emprego remunerado. Daí porque a figura feminina, a mulher/mãe/dona-de-casa fica diluída na expressão ‘família’, que assim a silencia. São mulheres que passam a ser, de fato, as co-responsáveis dos programas de enfrentamento da pobreza. Desse modo, redimensiona-se a importância das mulheres na reprodução da sociedade de classes (2009 *apud* CISNE, 2013, p. 236-237).

A responsabilização das mulheres pelo Programa Bolsa Família, expõe o quanto o Estado por via de suas políticas sociais pode reproduzir a divisão social dos papéis de gênero⁵⁵. E nos alerta ao fato do quanto a esfera pública retroalimenta tanto as práticas patriarcais, bem com o sistema capitalista.

6 “CUMÉ QUE A GENTE FICA?” DEIXA ELAS FALAREM

Somos humanos nas ruas,
Não somos lixo.
(Carlos Eduardo Ramos – Calú⁵⁶)

6.1 AQUIDABÃ: UM QUILOMBO URBANO SOTEROPOLITANO

O Terminal do Aquidabã é um terminal de ônibus que compõe o sistema de transporte do Centro Antigo de Salvador (CAS)⁵⁷, território este marcado pela ancestralidade colonial e por sua relevância no processo histórico de estruturação da cidade de Salvador – BA. Esse território soteropolitano, desde o período pós-abolicionista sempre foi marcado pela forte presença de pessoas em situação de rua, no trabalho informal, na prostituição e muito estigmatizado por esse motivo. Vale

⁵⁵ Compreende-se como papéis de gênero características comportamentais imputadas as mulheres, bem como as características comportamentais entendidas como apropriadas aos homens. Trata-se de um fenômeno estabelecido mediante o contexto social. Esses papéis sociais exercem relações de poder que, privilegiam e favorecem exclusivamente os homens, na grande maioria das vezes (JEFFREYS, 2014).

⁵⁶ Poesia Não somos lixo de um poeta que vive em situação de rua em Salvador – BA.

⁵⁷ Considera-se Centro Antigo de Salvador a poligonal que delimita o Centro Histórico de Salvador (CHS) onde abrigam-se aproximadamente 67 mil residentes e outras milhares de pessoas que circulam diariamente em busca de serviços (comércio, turismo, saúde, educação). Congrega também boa parte dos espaços culturais da capital: conventos, igrejas, museus, bibliotecas (BAHIA, 2011).

ressaltar também que “o Centro Antigo carrega na sua atualidade o seu passado escravagista em suas relações marcadas por opressões raciais” (MALHEIRO, 2020, p. 109).

Ao enfatizarmos o território, nos embasamos nas formulações do geógrafo Milton Santos, que superando a perspectiva tradicional de um espaço estático, o mesmo visualiza o território dinâmico, vivo, onde acontecem as interrelações. Para Santos (2002), para além das características físicas o território é marcado pelas produções humanas, bem como afirma a existência de influências recíprocas entre o território e a sociedade.

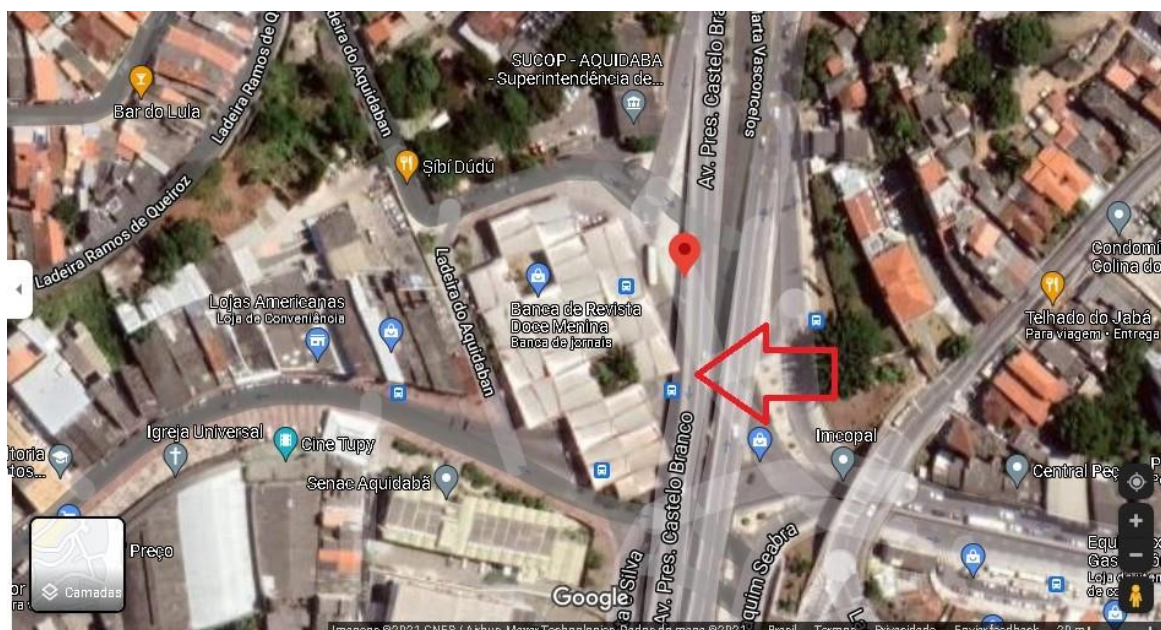
E pensando a compreensão da categoria território no âmbito do Serviço Social, Maria Helena Elpídio Abreu destaca, “[...] o território precisa ser situado como totalidade concreta, permeado por contradições inerentes ao modo de produção capitalista nesta fase histórica” (2016, p. 33). Deste modo, a rua está sendo pensada como um território, conseqüentemente também é elemento estruturante que compõe a dinâmica do capital, não somente o fenômeno de ocupação e utilização do seu espaço físico, não se resume ao palco de um cenário de guerra retroalimentado pelo racismo estrutural. Apesar disso, este espaço é comumente impactado por propostas higienistas, ora disfarçadas pela política de (in)segurança pública, ora pelas reformas urbanas. “Altamente indesejáveis, a simples existência das vidas de rua é vista como uma ameaça à rua” (RUI; MARTINEZ; FELTRAN, 2016, p. 39).

Por compreendermos o território nesses moldes e por não reafirmarmos a necessidade do rompimento com a lógica homogeneizante acerca da rua e das pessoas em situação de rua, se torna possível afirmar que o território infere nos modos de vida dessa população, bem como as pessoas em situação de rua pensam e moldam também este espaço em sua dinamicidade. Desse modo, a população em situação de rua tem suas especificidades e essas especificidades variam também de acordo com o território que ocupam. Bem como afirma Santos (2009, p. 13),

na ocupação de seu território, os moradores de rua fazem da estrutura arquitetônica da cidade espaços ressignificados, reformulados por um conjunto de códigos, conteúdos e expressões.

O terminal de ônibus do Aquidabã foi inaugurado em 1979⁵⁸, foi um dos principais terminais de ônibus da cidade, marcado por uma grande circulação de pessoas, hoje apesar da redução drástica da circulação da frota de ônibus na estação, houve uma diminuição, mas segue sendo um espaço onde identificamos muitos transeuntes, além de um grande número de pessoas em situação de rua. Mais do que o número, nos chama atenção os modos de vida e a sociabilidade estabelecida nesse território, onde converge pessoas na luta pela sobrevivência.

Figura 1 – Foto Satélite do Terminal do Aquidabã



FONTE: Imagem extraída pela pesquisadora mediante aplicativo *Google Maps*.

De acordo com Lefebvre (1969), as condições e possibilidades de uso do espaço urbano e do exercício do direito à cidade está vinculado a nossa posição de gênero, raça, sexualidade e classe social. O uso do território do Aquidabã enquanto espaço de sobrevivência reproduz/consolida tais opressões.

O Aquidabã é um território bem dinâmico, durante o dia identifica-se idosos, crianças, famílias inteiras na expectativa de doações, que chegam através de religiosos realizando filantropia, param os carros e distribuem alimentos, roupas, calçados e/ou itens de higiene pessoal. Há ainda as pessoas que frequentam

⁵⁸Disponível em: <https://www.trbn.com.br/materia/111398/terminal-aquidaba-perdeu-o-sentido-e-acabou-abandonado>. Acesso em: 21 de jun. 2021.

assiduamente, por fazerem o “corre”⁵⁹ nas proximidades do terminal. A noite o território transmuta-se e passa a caracterizar-se por cena de uso⁶⁰ de SPAs. Independentemente do turno, é muito comum visualizarmos o varejo de substâncias psicoativas, mas o comércio intensifica-se à noite.

O espaço do terminal é parcialmente coberto, possui alguns boxes comerciais, a grande maioria já inativos. Algumas pessoas em situação de rua fazem dos tetos dos boxes seus espaços de moradia, armazenam seus pertences pessoais, colchões, é possível visualizar um grande número de colchões e papelões nos espaços cobertos da estação, que para além do fim usual servem também para delimitar o espaço e seus respectivos donos. Não há banheiros públicos no território, então há um forte cheiro de urina, mas há uma torneira que é muito utilizada para captação de água para a lavagem das roupas.

Figura 2 – Foto da área interna do Terminal Aquidabã



FONTE: Imagem registrada pela pesquisadora durante atividade de campo.

⁵⁹ O corre é como popularmente a população em situação de rua denomina a atividade desenvolvida que lhe garanta retorno financeiro, a exemplo da lavagem de parabrisas no sinal, uma guia ambulante, catar material reciclável.

⁶⁰ A cena de uso é um espaço urbano que agrega uma rede de relações sociais que se configuram a partir da prática do uso e venda de drogas. O espaço para uso, se concentra muito próximo à pista ou local de venda da substância (MALHEIRO, 2020).

Por sua proximidade com o Centro Histórico, que possui pontos turísticos reconhecidos nacional e internacionalmente há uma estrutura de segurança pública estabelecida, com a presença massiva de polícias civis e militares, guardas municipais, que em sua maioria priorizam o controle, numa tentativa de elitização dos espaços turísticos e expulsão da população negra pauperizada, como são a maioria das pessoas em situação de rua.

Há também um número considerável de serviços públicos como escolas e Unidade Básicas de Saúde (UBS), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), CentroPop, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) próximos ao terminal do Aquidabã, no entanto identificamos dificuldades das pessoas em situação de rua acessarem esses espaços, uma vez os mesmos relatam já terem vivenciado situações vexatórias e/ou de discriminações por suas vestimentas, pela falta de documentação ou pelo simples fato de (sobre)viverem nas ruas. Com a atenção voltada mais especificamente à população em situação de rua, atendem no território o Programa Corra pro Abraço, o Projeto Axé, o Consultório na Rua (CnaR), o Serviço de Abordagem Social (SEAS). Deve-se, contudo, ressaltar que, nem todos os serviços possuem regularidade nos atendimentos ao território e por vezes não contemplam no número de demandas, porém juntos as situações de vulnerabilidade extrema e negação de direitos básicos a que este público está constantemente submetido.

Para além dos serviços e políticas públicas que de modo geral são insuficientes, é de suma importância evidenciar, sem romantizações, os vínculos estabelecidos entre os pares, a cordialidade e solidariedade são determinantes no processo de autoproteção na rua, essas características são muito latentes no território do Aquidabã. Mediante esta caracterização, ousamos aproximá-lo do conceito de quilombo embasada na perspectiva de Beatriz Nascimento e Abdias Nascimento, “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 1980, p. 263).

A compreensão ideológica do termo quilombo, numa concepção mais libertária interpretada por Beatriz Nascimento, no ano de 1989, em trechos transcritos no livro de Alex Ratts, eu sou Atlântica,

é importante ver que, hoje, o quilombo traz pra a gente não mais o território geográfico, mas o território a nível (sic) duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias

e várias partes da minha história contam que eu tenho direito ao espaço que ocupo na nação. A Terra é meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou (RATTS, 2006, p. 59).

Considerando as interpretações mencionadas anteriormente, não há como negar que a população em situação de rua do Aquidabã tem em comum para além da raça/cor, os demais atributos anuentes que nos permite identificá-lo como um quilombamento, afinal trata-se também de um espaço de afirmação da absoluta negação de direitos, de resistência, de luta pela sobrevivência e pelo rompimento da invisibilidade e vulnerabilidade social posta.

6.2 QUEM SÃO ELAS? POR QUE NÃO OUVI-LAS?

O percurso metodológico perpassou inicialmente por uma proposta de ouvir as compreensões das mulheres em situação de rua sobre o Bolsa Família de maneira coletiva, mediante a realização de grupos focais. No entanto, com a pandemia do Covid-19 e as medidas necessárias de proteção para contenção da disseminação do vírus, fez-se necessário alterar para uma abordagem individual, em espaço aberto, seguindo os protocolos de segurança tais com o uso de máscaras, a higienização das mãos.

Sendo assim, efetivando as adequações necessárias, inicialmente foram realizados os contatos prévios com as possíveis colaboradoras da pesquisa, deve-se ressaltar que seleção não foi aleatória, já havia um vínculo profissional estabelecido previamente com todas as participantes. Os primeiros contatos foram para explicar a proposta, dissociá-la da atividade laborativa desenvolvida no território e somente após esse diálogo foram agendados os dias, horários e locais de acordo com a disponibilidade das mesmas para a execução das entrevistas semiestruturadas.

A preferência pelas entrevistas semiestruturadas se deu pelo fato dessa modalidade permitir uma interação entre entrevistadora e entrevistadas e dispor de um roteiro norteador voltado ao objetivo da pesquisa, no entanto flexibilizando o diálogo com mais liberdade, além de possibilitar a pesquisadora a observação sensível da subjetividade não-verbal expressa nas respostas.

Antes de iniciar a entrevista, as parceiras foram apresentadas ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), onde constam os objetivos da pesquisa, as

garantias de integridade legais e éticas que resguardam tanto a participante, quanto a pesquisadora. Todas as participantes são alfabetizadas e assinaram o TCLE. Foram realizadas um total de oito entrevistas⁶¹, buscando manter o anonimato por razões éticas⁶², deste modo optou-se em substituição aos nomes das mulheres identificá-las por pseudônimos de sambistas brasileiras, em reconhecimento ao lugar de resistência que ocupam na música popular brasileira, nada diferente da realidade das parceiras da pesquisa.

Como aduz a pesquisadora que desenvolveu sua pesquisa com mulheres usuárias de crack no Centro Histórico de Salvador, Malheiro (2020), todas as mulheres que transitam pela condição de rua na cidade de Salvador possuem trajetórias de vida diversas, e constituem as suas estratégias de resistência a uma cultura permeada pelo racismo, pela desigualdade social e pelo sexismo. Esta realidade acaba sendo reafirmada também na realização desta pesquisa.

As entrevistas duraram aproximadamente trinta minutos, foram gravadas mediante autorização das participantes e transcritas pela pesquisadora de forma a preservar a organização das ideias, a linguagem e os demais detalhes captados na escuta. As entrevistadas possuem uma trajetória de rua, são referenciadas ao território do Aquidabã, algumas delas sobrevivem pernoitando ali, outras fazem dele um espaço de captação de doações de alimentação e vestimentas, sem as quais estariam com sua segurança alimentar em risco.

Ao total trata-se de uma mulher trans e sete mulheres cis, todas são mulheres negras, quatro se auto identificaram pretas e quatro pardas. Elas possuem entre 26 e 52 anos, se definem como heterossexuais, uma, porém menciona já ter se relacionado afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo.

No que tange a escolarização, a maioria das entrevistadas não concluíram o ensino fundamental (6), apenas uma afirma ter concluído o ensino fundamental e uma possui ensino médio incompleto. A baixa escolaridade impacta diretamente no acesso à serviços e ao mercado de trabalho, deste modo, nenhuma delas possui emprego formal, porém rompendo com a lógica que associa as pessoas em situação de rua à absoluta desocupação, apenas uma entrevistada afirma não ter profissão, uma

⁶¹Inicialmente foi pensado um número maior de entrevistas, no entanto, com esse quantitativo foi possível obter uma base consistente de informações para análises e por se tratar de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, optamos por interromper o recrutamento de novas participantes.

⁶² Conforme preconizado no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (em anexo).

menciona que está desempregada pois precisa cuidar das filhas, as demais se dividem em ocupações fixas ou pontuais: reciclagem, cabeleireira/trancista, vendas ambulantes, manguieiro e uma menciona atuar no Mercado do Peixe com a limpeza dos mariscos.

A primeira parceira entrevistada que chamaremos aqui de Alcione⁶³, optou por ser entrevistada em um shopping no centro da cidade, por ser próximo ao território de circulação e trabalho, durante a entrevista estavam acompanhando-a dois dos seus seis filhos. Ela afirma está a uns quatro anos em situação de rua e sua motivação para ida foram situações constantes de violência doméstica. Alcione nega o uso de substâncias psicoativas quando questionada sobre o tema.

A segunda entrevista aconteceu no próprio Aquidabã, a parceira Clara Nunes⁶⁴ estava sozinha no momento e afirmou que apesar de residir com sua mãe, frequenta a mais de três anos diariamente o território em busca de doações que muito lhe ajudam e ajudam seus familiares. Sobre o consumo de psicoativos Clara afirma nunca ter feito uso de nenhuma substância.

A parceira que chamaremos de Teresa Cristina⁶⁵ também foi entrevistada no território, nos relatou que a vinda para a rua foi consequência de conflitos familiares e no bairro em que residia anteriormente, mas não soube especificar a quanto tempo está em situação de rua, respondeu dizendo *“ah, já faz muito tempo. Mas assim, agora eu fico numa invasão aqui perto, aí venho sempre ao Aquidabã para fazer meu corre e para ganhar doações também”*, relata ainda fazer um uso esporádico de álcool, maconha e cocaína.

A Dona Dalva Damiana⁶⁶, que optou por ser entrevistada no Casarão da Diversidade, após uma de suas aulas no curso de Redução de Danos desenvolvido pelo Corra, afirma que *“a mais de vinte anos faz das ruas seu lugar de vida”*, porque atua como baleira nas ruas, estações e transportes públicos, além disso reside próximo ao terminal do Aquidabã e vai diariamente em busca de doações para

⁶³Conhecida popularmente como Marrom, esta cantora e compositora maranhense é reconhecida nacional e internacionalmente por seus sambas.

⁶⁴ A Clara Nunes (1942-1983) cantora e compositora foi considerada uma das melhores intérpretes de samba do país.

⁶⁵ Cantora e compositora carioca nascida em 1968, protagonista do samba carioca, autora da célebre frase “O samba nasceu de uma mulher e isso não pode ser apagado”.

⁶⁶Cantora, compositora cachoeirana e Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), liderança do Samba de Roda Suerdick, componente da Irmandade da Boa Morte é a autêntica representante do samba e da cultura do recôncavo baiano.

complementar a renda. Quando questionada sobre o uso de substâncias esta parceira menciona o uso de fármacos, a exemplo do remédio para hipertensão e deixa subentendido uma percepção moralista sobre o uso de substâncias ilícitas. Outra entrevista realizada no Casarão da Diversidade foi da parceira Mariene de Castro⁶⁷, também durante a realização do Curso de Redução de Danos, a entrevistada confirma atualmente um consumo regular de maconha, que segundo a mesma tem a função de lhe tranquilizar e lhe ajuda a ver melhor as coisas, mas que no passado usou crack de modo abusivo, o que inclusive motivou sua ida para as ruas do Centro Histórico à sete anos atrás.

Dentre as entrevistadas que optaram por dialogar na sede do Programa Corra pro Abraço tivemos, Dona Edith do Prato⁶⁸ que está desde 2018 em situação de rua motivada por uma situação de desemprego buscou a venda de água e doces no centro da cidade, captando doações de alimentos e vestimentas no território do Aquidabã, não mencionando o uso de nenhuma substância. Além dela, Leci Brandão⁶⁹ também foi entrevistada na sede do Corra, mencionou um uso esporádico de álcool, tabaco, cocaína e maconha, afirmando ainda que esse uso não interfere no seu cotidiano. A parceira da pesquisa avalia a pobreza como motivação para a condição de rua e diz que

já tenho mais de dez, quinze anos que fico pelo Aquidabã, passei um tempo morando lá, depois consegui me encaixar numa invasão lá perto no Centro Histórico, aí depois o trabalho começou a me render uma graninha e começaram a rolar muitas violências e covardias lá na invasão, aí aluguei uma casinha lá em Tancredo Neves. Mas nunca deixei de vim pro Aquidabã, aqui a gente se sente bem e consegue doações que ajudam no nosso sustento (Leci Brandão).

Houve ainda a entrevista com Dona Ivone Lara⁷⁰, parceira que relata estar na rua a aproximadamente quatro anos, a motivação foram conflitos territoriais no bairro em que morava com as irmãs, atualmente ela, suas duas filhas e suas irmãs residem

⁶⁷ Mariene de Castro é cantora, compositora, instrumentista e bailarina baiana, que se destaca por exaltar em suas músicas a cultura afro-brasileira.

⁶⁸ Edith Oliveira Nogueira (1916-2009) foi cantora e percussionista baiana de Santo Amaro da Púrfificação, ficou popularmente conhecida como Dona Edith do Prato por se apresentar usando uma faca e um garfo como instrumento musical, além de cantar o samba-de-roda do recôncavo.

⁶⁹ Cantora, instrumentista e compositora carioca, que hoje se dedica a carreira musical e atua como Deputada Estadual de São Paulo, considerada uma das maiores intérpretes de samba do Brasil com mais de vinte e cinco obras consolidadas.

⁷⁰ Yvone Lara da Costa (1922-2018) foi uma cantora, instrumentista e compositora carioca, além de enfermeira e assistente social, conhecida nacionalmente como Dama do Samba, foi a primeira mulher a integrar a Ala de Compositores da Império Serrano, com composições como: Sonho Meu, Acreditar e Um Sorriso Negro interpretadas por grandes nomes da Música Popular Brasileira (MPB).

em uma ocupação no bairro do Trobogy, mas apesar de ser um bairro mais distante, a mesma continua buscando a rua para manguear e consegui doações. Menciona já ter feito uso de substâncias psicoativas, mas não o faz desde que se tornou mãe.

Foi possível identificar nessas perguntas iniciais uma dificuldade de algumas assistidas em trazer as motivações para a situação de rua, bem como um entrave em assumir o consumo de alguma substância psicoativa, mesmo quando a café e a cerveja foram citados como exemplos pela entrevistadora. Essa dificuldade foi interpretada como uma necessidade de serem visualizadas para além das drogas, como comumente a mídia menciona as pessoas em situação de rua. Desse modo, foi-lhes esclarecido que essa pergunta foi acrescentada não considerando a situação de rua e as drogas como uma relação causa-efeito, mas por reconhecermos que as drogas fazem parte da história da humanidade e há potencialidades na rua tanto entre as pessoas consumidoras de drogas, quanto nas que optam por não consumi-las.

O que todas as parceiras da pesquisa têm em comum, para além da situação de vulnerabilidade são a necessidade de escuta e de acolhimento. O que tornou o processo das entrevistas ainda mais minucioso, foi necessário uma cautela para o direcionamento do tema para obtenção dos resultados da pesquisa, mas para além disso uma possibilidade de ouvi-las de modo livre sobre suas vidas e os gatilhos disparados a partir das perguntas, sem retroalimentar situações de silenciamento já vivenciados cotidianamente por essas mulheres.

6.3 (IN)ACESSOS E ESTIGMAS NA PERCEPÇÃO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Para análise das falas das mulheres pesquisadas sobre o tema, inicialmente foram realizadas leituras criteriosas das entrevistas na íntegra para apreensão do sentido global as experiências vividas e das interpretações pessoais delas sobre essas experiências, para posteriormente selecionar os trechos mais emblemáticos de cada fala. Após a seção que trata das características biográficas e da contextualização com a situação de rua, apresentadas anteriormente, o roteiro de entrevistas adentra mais especificamente na análise das mulheres acerca do Programa Bolsa Família, tentando compreender a percepção delas sobre o acesso, o cadastramento, os atendimentos, com a finalidade de identificarmos ou não situações de estigmas e/ou barreiras no acesso a esse benefício.

A questão introdutória ao tema foi “Você considera o Programa Bolsa Família um direito ou uma ajuda do governo?”, sete das respondentes acreditam que o benefício é um direito, uma respondeu que são as duas coisas e apenas uma caracterizou o programa como ajuda do governo. Uma das respostas que se destacaram nessa questão foi a de Clara Nunes que diz *“Eu acho que é um direito, mas eles (o governo) querem que a gente pense que é uma ajuda”*.

Do universo pesquisado, apenas uma das parceiras não recebe o Bolsa Família, pois tutela um dos seus filhos que tem deficiência e tem direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). As demais mencionam o Bolsa como principal fonte de renda da família.

Conforme preconizado legalmente, os valores do benefício variam de acordo com a composição familiar, deste modo quatro das sete parceiras beneficiárias do Bolsa Família revelam receber o valor mínimo R\$89,00 (oitenta e nove reais), uma delas recebe R\$144,00 (cento e quarenta e quatro reais), uma R\$171,00 (cento e setenta e um reais) e a outra recebe R\$320,00 (trezentos e vinte reais), essas que recebem valores maiores tem mais de uma pessoa inserida no CadÚnico, logo, mais pessoas que dependem dessa renda.

Quando questionadas sobre a quanto tempo recebem o PBF a maioria das entrevistadas revelam receber a aproximadamente dois anos, duas delas dizem receber a muito tempo sem estabelecer os anos e somente uma passou a receber a dois meses.

Ao responderem ao questionamento sobre as contribuições do Programa Bolsa Família para suas vidas, a maioria delas afirmaram que o Bolsa Família lhes ajuda na sobrevivência, na segurança alimentar, no pagamento das contas. Duas das entrevistadas mencionam a dificuldade com os valores recebidos, uma exaltou as melhoras com o Auxílio Emergencial, por conta de o valor ser um pouco maior e outra traz que a alimentação está cada vez mais cara e o valor que ela recebe (oitenta e nove reais) não dá conta nem da alimentação.

Quando questionadas acerca das dificuldades em conseguir acessar o Bolsa Família todas mencionam a demora entre o cadastro e a aprovação do benefício, outras apontam ainda uma dificuldade em conseguir todos os documentos exigidos, a exemplo do comprovante de residência. Dentre as respondentes destaca-se a fala de Tereza Cristina,

tive dificuldade porque quando eu saí do presídio saí sem meus documentos, aí tive que ir tirando tudo pra só depois poder me cadastrar, mas fui tendo apoio da rede, do Corra, pedindo paciência, porque é muito processo, muita coisinha que vai dificultando a vida da gente, quando a gente sai já não tem oportunidade e até o que é direito é difícil conseguir (pausa reflexiva), não gosto de lembrar foi um tempo muito dolorido da minha vida.

Uma das perguntas voltava-se a situações de bloqueio, suspensão e/ou cancelamento do Bolsa, apenas uma das parceiras estava no momento da entrevista com o benefício suspenso e explicou o contexto tem sido favorável para uma exclusão digital,

estou passando por isso pela primeira vez, porque quando fiz o cadastro eu tinha um companheiro mas eu não estou mais com ele, aí tenho que atualizar, mas com a pandemia está tudo online e eu não tenho celular, aí fico pedindo as equipes que atendem na rua para me ajudar, mas eles não atendem quando a gente liga e eu que fico sem (Clara Nunes).

O fato de a maioria das entrevistadas não terem vivenciado situações de bloqueio, suspensão ou cancelamento do PBF desmistifica a ideia de que mulheres em situação de rua são incapazes de assegurar a efetivação das condicionalidades exigidas pelo MDS.

Outra temática abordada na entrevista foi uma tentativa de avaliação de alguns serviços da Política de Assistência no município de Salvador, dentre os serviços trazidos pela pesquisadora tinha: o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro POP e o Cuidar. No entanto com o desenrolar do diálogo aparece ainda um outro serviço que também presta suporte ao Programa Bolsa Família que são as Prefeituras-Bairro. O CRAS de referência do território do Aquidabã é o CRAS Barroquinha, a maioria das pessoas citaram ter ido a esse serviço pelo menos uma vez, apenas uma menciona um acompanhamento mais minucioso, relatando receber cestas básicas lá às vezes. As demais dizem que como o serviço migrou para a região do Comércio, deixaram de frequentar por conta do deslocamento, mas todas avaliam o serviço como tranquilo, normal, bom sem maiores detalhes.

Um serviço que divide opiniões entre as entrevistadas é o Centro Pop de referência do território, uma delas menciona nunca ter ido, três parceiras afirmam que são acompanhadas e bem atendidas no serviço e quatro mencionam já ter ido a algum tempo atrás, uma delas denuncia não ser recebida no serviço pois apesar de ser

baleira, trabalhar na rua, eles alegam que ela não está em situação de rua, outras relatam a existência de conflitos como uma motivação para deixar de ir ao serviço ou diminuíram a frequência *“Lá era confusão, o povo parecia que tinha medo de gente, ai fui deixando de ir, porque parecia que a gente tava mendigando e na verdade a gente sabe que é direito, que vem verba, mas nem sempre a gente era bem tratado, cansei”* (Leci Brandão).

Apenas três das entrevistadas já foram atendidas no Cuidar, as demais fizeram o Cadastro Único através das Prefeituras-Bairro. Mas na avaliação do serviço do Cuidar a reclamação sobre a existência de grandes filas é uma unanimidade entre as que já frequentaram o serviço, e houve ainda uma parceira que mencionou uma diferenciação nas filas destinadas ao atendimento de quem está em situação de rua e quem não está para ser atendido separadamente.

Após o acesso as compreensões das parceiras sobre a rede assistencial do município, foi a vez de ouvi-las responder ao questionamento *“Você acha que as pessoas em situação de rua, especialmente as mulheres, tem mais dificuldade em conseguir o Bolsa Família?”*. E apesar de algumas parceiras citarem que não identificam uma a existência de maiores dificuldades das pessoas/das mulheres em situação de rua em obter o benefício, relatando que *“todas podem ter”* ou ainda *“todas que eu conheço recebem”*, a maioria delas afirmam a existência de mais dificuldades no acesso ao Bolsa por pessoas e mulheres em situação de rua, mencionando entre outras coisas:

A gente de rua a gente não tem documento, tem dificuldade de tirar, especialmente a gente mulher, que é quem mais sofre na rua (Alicione).

Tem dificuldade, tem demora, a gente precisa ser paciente pra conseguir qualquer coisa. E ser mulher na rua dificulta tudo, eu tô falando porque eu vejo, tudo é mais difícil, mais violento. Eu não sou de falar, mas observo tudo (Clara Nunes).

Tem dificuldade principalmente porque a gente não tem documentação, não tem comprovante de endereço, aí o que já é demorado demora ainda mais. Fora essas coisas de ser destrutado, de não poder entrar se tiver com a roupa curta ou com a roupa suja, isso eu vejo direto aqui, nós não somos tratados como iguais em todos os lugares não (Leci Brandão).

A ausência de documentação, a exemplo do comprovante de residência, aparece como uma dificuldade acentuada na fala das parceiras para que as pessoas

em situação de rua tenham acesso ao Programa Bolsa Família. Nesse sentido, após identificarmos as dificuldades apontadas por elas como cruciais para o acesso das mulheres em situação de rua, foi fundamental ouvi-las também sobre “o que poderia melhorar no Bolsa, para que mais mulheres acessassem esse direito” e nesse quesito específico aparecem alguns destaques,

Eu queria que aumentasse o valor, agora com o Auxílio Emergencial eu respirei tão aliviada, (...) porque o valor era maior. E melhorar os serviços que atendem a gente, porque na rua ninguém é bicho não. Somos iguais, merecemos respeito, as mulheres as vezes já vem sofrida, das covardias da rua, do companheiro, até da polícia, quando a gente vai pra os serviços a gente só quer atenção e respeito, mas nem sempre é isso que a gente encontra. E essa não é uma reclamação só minha não, várias parceiras aí da rua passam por isso. (Leci Brandão).

Na minha opinião, que tenho tentado participar assim das coisas, da RENFA, do curso de redução de danos do Corra, eu sei que tem muita coisa que pode melhorar, por exemplo melhorar os jeitos de fazer as informações chegarem pra a gente, diminuir as exigências quando for pra nós povo de rua, porque todo mundo sabe que a gente tem mais dificuldade em conseguir as coisas. E sem dúvidas melhorar o valor né, porque tudo sobe menos o valor, aí fica difícil. (Tereza Cristina).

A partir dessas falas podemos dizer que as principais sugestões giraram em torno de melhorias nos valores, no atendimento, nas exigências. Somente uma das parceiras mencionou a necessidade dos gestores (executores da política) se aproximarem do público, escutarem mais as mulheres e as pessoas em situação de rua “esses gestores, profissionais tinha que ouvir mais a gente, para refletir sobre o nosso lado, tem muita mulher sofrendo, tem muita mulher sem saber o que os filhos vão comer meio-dia, a gente mulher sofre bastante. E piora se for negra” (Alcione).

A fala citada anteriormente reafirma a relevância de termos políticas, mas também executores delas atentos com os públicos aos quais se destinam, no caso específico do Programa Bolsa Família, é de fundamental importância estarmos atentos a interseccionalidade, nos aproximarmos não somente do conceito, como também da vivência das/os “beneficiárias/os” a fim de rompermos com as lógicas estigmatizantes excludentes que por vezes às expõe a negação de direitos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu não sou livre enquanto
Alguma mulher não for, mesmo quando
as correntes dela forem diferentes das minhas”
(Audre Lorde)

A realização dessa pesquisa teve por objetivo central estudar a percepção das mulheres em situação de rua sobre o Programa Bolsa Família e suas compreensões acerca das dificuldades no acesso ao benefício e no cumprimento suas condicionalidades. Para tanto voltamos nossa atenção às assistidas do *Programa Corra pro Abraço* no território do Aquidabã em Salvador – BA.

Cabe-nos aqui reconhecer o quanto a rua é um palco denunciativo da dívida histórica do nosso país no tocante às desigualdades sociorraciais e a criminalização da população negra e pobre. É evidente que a formação do Estado brasileiro esteve desde seus primórdios vinculado a aristocracia burguesa e mais recentemente se associa a ideologia liberal conservadora, marcado por práticas a serviço do neoliberalismo minimizando a atuação do estatal na proteção social em função do capital. Esta conjuntura reflete no desenho das políticas de um modo geral e mais especificamente àquelas direcionadas a população em situação de rua, em sua maioria marcadas pela coersão, controle e criminalização da pobreza, quando o que esta população mais necessita são de intervenções que correspondam a suas necessidades reais. Demonstrando o quanto a atuação estatal na perspectiva neoliberal se mostra perversa para com as populações vulneráveis, Wacquant aduz,

a nômade urbano é etiquetado como delinquente (por intermédio, por exemplo, de um decreto municipal colocando fora da lei pedir esmolas ou ficar deitado na calçada) e tratado enquanto tal; ele deixa de integrar o contingente dos “sem-teto” quando é colocado atrás das grades. A “construção legal do ‘sem-teto’ como quase não humano” condensa seus direitos, reduz efetivamente a um não cidadão e facilita o processo criminal (2007, p. 21).

Esse processo de criminalização da pobreza é ainda mais cruel com as mulheres, pois soma-se a ele a regulação moral sexista e a culpabilização pela condição de pobreza e/ou por estar em situação de rua e quando essas mulheres fazem uso de alguma substância psicoativa essas estigmatizações são acentuadas e desconsideram toda a história de vida que conforma a existência social das mesmas.

Essa constatação das violências sofridas pelas mulheres em situação de rua tanto pela sociedade quanto pelo Estado racista, patriarcal, capitalista e proibicionista nos direciona para a necessidade de mais pesquisas e estudos voltados ao tema, não para tê-las apenas como objetos de estudo, mas para vê-las ocupando autonomamente cada vez mais espaços de poder.

A partir do trabalho de campo, da realização das entrevistas, mediante escuta sensível das parceiras da pesquisa foi possível perceber como suas trajetórias de vida são marcadas por opressões de raça, gênero, classe, sexualidades e estigmas sobre seus modos de vida e uso de substâncias psicoativas. No entanto, também foi possível identificar inúmeras estratégias de resistência para driblar as violências e violações de direitos postas em seu cotidiano nas ruas. A apatia social não faz parte do cotidiano da rua, como bem afirma Camila Potyara Pereira,

pelo contrário, a realidade mostra com eloquência que todas as horas de suas vidas são dedicadas às suas estratégias de sobrevivência e ao enfrentamento das consequências que estas geram como os ataques de outros moradores de rua; o controle policial; a fiscalização constante dos órgãos do governo; os efeitos do medo, da desconfiança e da discriminação de grande parte da população, chamada de “incluídos sociais”; as doenças; a sujeira; o desconforto; a exposição às adversidades do clima. Portanto, não há trégua para quem vive nessas condições (2008, p. 119).

As participantes dessa pesquisa, são em suma mulheres jovens, negras, com baixa escolaridade, em situação de extrema pobreza, porém desenvolvendo alguma atividade laborativa informalmente, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. As mesmas fazem da rua seu espaço de moradia e sobrevivência, tendo como principais motivações para ocupar esse espaço os conflitos familiares e territoriais e a busca por doações para minimizar a fome.

Não há como negar que compor a equipe do Programa Corra pro Abraço e atuar profissionalmente no território tenha facilitado o acesso às participantes da pesquisa, tendo este vínculo pregresso possibilitado de certo modo um processo de troca sobre suas subjetividades, apesar de alguns assuntos ainda serem tratados com mais dificuldades. Dentre esses assuntos tabus, durante as entrevistas foi possível perceber uma dificuldade em falar de maneira aberta sobre sexualidade e uso de substâncias psicoativas, inclusive sendo respeitadas por sua opção de não afirmarem

ou de buscarem respostas prontas para a temática, identificando nas respostas o medo de julgamentos.

Quando no diálogo, adentramos mais especificamente na discussão do Bolsa Família, as parceiras se sentiram confortáveis para trazer suas compreensões acerca do benefício e o modo como ele impacta no cotidiano delas. Para a maioria das entrevistadas, o Bolsa Família é uma das poucas entradas de renda recorrentes no orçamento familiar, pois no trabalho informal precarizado os ganhos são instáveis.

A partir da pesquisa foi possível identificar que o Bolsa Família alcança as mulheres em situação de rua, tal como está previsto na Política de Assistência Social, afinal apenas uma das parceiras não era beneficiária do Programa. Mas, deve-se ressaltar que todas elas apontam de algum modo dificuldades no acesso e/ou no cumprimento das condicionalidades impostas, afirmando já terem vivenciado situações de bloqueio, suspensão ou cancelamento.

Como apontam os achados desse trabalho, os entraves no acesso e/ou no recebimento do benefício impacta subjetivamente na vida das parceiras entrevistadas, fazendo-as identificar os estigmas, as práticas moralizantes partindo de quem legalmente deveria lhes assegurar os direitos e minimizar suas vulnerabilidades. Não obstante, apareceram como sugestões, de melhoria para o Programa Bolsa Família, partindo das próprias entrevistadas além do aumento no valor, uma atenção dos gestores para as especificidades das pessoas em situação de rua, em especial das mulheres.

Um dos desafios que ficaram apresentados no decorrer da escrita foi analisar de maneira aprofundada as alterações na apresentação da transferência de renda, inicialmente no contexto da pandemia com a implementação do Auxílio Emergencial e posteriormente com a proposta de substituição ao Programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil. Todas essas mudanças aconteceram com a pesquisa em curso e em função do limite de tempo para a conclusão da dissertação, fica o desafio de um maior aprofundamento sobre os rebatimentos dessas alterações para a população em situação de rua, e mais especificamente para as mulheres.

O processo de escuta e tudo o que foi suscitado ao longo das entrevistas nos foi transformador por possibilitar a identificação das potencialidades dessas mulheres, mesmo diante de histórias de vida marcadas por opressões e estigmas, como diz Butler (2015), sou invariavelmente transformada pelos encontros que vivencio. Não há como negar que tais encontros demandaram uma escuta densa e atenta, e como

característico do trabalho de campo, os limites foram inevitáveis, especialmente em delimitar o lugar da profissional e da pesquisadora, sem sobreposições.

Por fim, esta pesquisa se pôs como um convite a um olhar sensível e empático às pessoas em situação de rua, para o rompimento dos estigmas numa perspectiva individual, mas também um chamado a todos os elaboradores, gestores e executores de políticas públicas, especialmente aos da Assistência Social para um olhar mais ético e menos moralista no trato com as pessoas em situação de rua. Afinal, como nas palavras de Pereira (2008, p. 120), “[...] a pobreza não pode ser encarada apenas como uma preocupação de acadêmicos e políticos, mas como uma responsabilidade moral, que nenhum governo deveria se furtar”.

Somente rompendo com a lógica capitalista, racista e sexista posta explícita e implícita ente evitaremos que as mulheres em situação de rua sejam ainda mais vulnerabilizadas por suas condições já vulneráveis, e como exposto no pensamento de Audre Lorde no início desta seção, esta luta precisa ser coletivizada até alcançarmos a superação de tais opressões.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Helena Elpídio. **Território, Política Social e Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2016.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte/MG: Letramento, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia de supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.
- BAHIA. **Infocultura**: Informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Ano 2, nº 2. – Editora Revisada e ampliada – Salvador, 2011.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisados. **Revista Estudos Feministas**, nº 2, p. 458-463, 1995.
- BARATTA, Tereza C. B. (Coord.). **Capacitação para implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e do Programa Bolsa Família – PBF**. Rio de Janeiro: IBAM/Unicarioca; Brasília: MDS, 2008.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BONUGLI, R.; LESSER, J.; ESCANDON, S. **The second thing to hell is living under that bridge**: narratives of women living with victimization, serious mental illness, and in homelessness. 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24131415/>. Acesso em: 18 set. 2021.
- BORGES, L. S.; COSTA, K. S. Gênero e saúde mental: uma experiência em saúde e educação. **Estudos**, vol. 38, p. 49-70, Goiânia, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. **Senado Federal**, Brasília, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836/2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília,

2004a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5209-17-setembro-2004-534107-normaatualizada-pe.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004b.

BRASIL. Programa Bolsa Família. **Caderno de Orientações para o Ministério Público**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, 2005.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

BRASIL. **Instrução Operacional Conjunta Senarc/SNAS/MDS**, nº 07 de 22 de novembro de 2010. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

BRASIL. Bolsa família: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. **Nota Técnica Conjunta MDS/MSaúde nº 001/2016**. Brasília: MDS, 2016.

BRITES, Cristina Maria. **Ética e uso de drogas**: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos. 2006. 148 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

BUENO, Mariana. As condicionalidades do Programa Bolsa Família: o avesso da cidadania. **Revista Lugar Comum**, n. 29, p. 33-46, 2012. Disponível em: https://uninomade.net/wp-content/files_mf/110610120258As%20condicionalidades%20do%20Programa%20Bolsa%20Familia%20-%20Marina%20Bueno.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

BURGINSKI, Vanda Micheli; ÁVILA, Heleni Duarte Dantas de; NASCIMENTO, Jucileide Ferreira do (Orgs.) **Estado, política social e territórios**: reflexões sobre a pandemia. Palmas: EDUFT, 2021.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo. **Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica: 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 22 jun. 2021

CARVALHO, Sandra Moreira Costa de. **“Os ditos sem” acesso a saúde da população em situação de rua**. 2014. 202 f. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2014. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456730/269/1/Dissertacao%20SANDRA.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 410 f. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho). Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COLLINS, Patrícia. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu Pensamento Político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. 2004. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. **Boletim do Museu Nacional: Antropologia**, n. 27, p. 1-12. Rio de Janeiro, 1978.

DAS, Veena Live. **And words**: violence and the descente into the ordinary. Bekeley: University Of California Press, 2006.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. [E-book]. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUTRA, Simai Lazaro Neves. Revisitando a aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista (1960-1982). **Revista em Pauta**, nº 41, vol. 16, p. 171-187, Rio de Janeiro, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A condição de sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

FLAUZINA, Ana Luiza. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX**. 1994. 234 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GLÓRIA MACHADO, Mayk Diego Gomes da. **Mulheres no contexto da rua: a questão do gênero, uso de drogas e a violência**. Goiânia: UFG, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, A. Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política. C. N. Coutinho (Trad.); HENRIQUES, L. S.; NOGUEIRA, M. A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3 (Co-edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOCHGRAF, P. B.; BRASILIANO, S. A influência da comorbidade com transtornos alimentares na apresentação de mulheres dependentes de substâncias psicoativas. **Rev. Psiq. Clínica**, vol. 33, nº 3. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/Npv9dHMRLBQW6BfyD3gqx9Q/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2021.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HUGO, Victor. **Os miseráveis**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ática, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico Brasileiro 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 fev. 2021.

JEFFREYS, S. **Gender hurts: a feminism analysis of the politics of transgenderism.** London: Routledge, 2014.

KERSTENETZKY, C. L. Redistribuição e desenvolvimento: A Economia Política do Programa Bolsa Família. Dados: **Revista de Ciências Sociais**, vol. 52, nº 01, p. 53-83, Rio de Janeiro, 2009.

KOGA, Dirce. As aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, n. 16, vol. 11, p. 30-42, Londrina, 2013.

KOVARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina.** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Documentos, 1969.

LEMINSKI, Paulo. **Toda poesia.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. **Tornar-se mulher usuária de crack: trajetórias de vida, cultura de uso e política de drogas.** Rio de Janeiro: Telha, 2020.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARX, K. Introdução. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O Capital.** Trad. Reginaldo Sant'anna. 12. ed. Livro I, vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fabio. Programas focalizados de transferência de renda: contribuições para o debate. **Ipea**, Texto para Discussão nº 1283, Brasília, 2007.

MEDEIROS, R. Construção social das drogas e do crack e as respostas institucionais e terapêuticas instituídas. **Rev. Saúde e Sociedade**, vol. 23, São Paulo, 2011.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. **O Bolsa Família funciona?** 2008. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-bolsa-familia-funciona/>. Acesso em: 18 dez. 2021.

MENICUCCI, Telma; GOMES, Sandra. **Políticas Sociais: conceitos, trajetórias e experiência brasileira.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MONTEIRO, Simone; VILELA, Wilza (Orgs.). **Estigma e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

PAICA-RUA. **Meninos e meninas em situação de rua: políticas integradas para garantia de direitos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PARKER, R.; AGGLETON, P. **Estigma, discriminação e Aids**. (Coleção Abia Cidadania e Direitos). Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 2001.

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília**. 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social Temas & Questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PRATES, J.C., REIS, C.N. e ABREU, P. A metodologia de pesquisa para populações de rua e as alternativas de enfrentamento pelo Poder Público Municipal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 64. São Paulo: Cortez, 2000.

PRATES, Jane Cruz. O planejamento da pesquisa social. **Revista Temporalis**, nº 7, ABEPSS. Porto Alegre, 2003.

RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. **Instituto Kuanza**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Bruna Farias. **A saúde mental das mulheres em situação de rua**. 2020. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde). Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2020.

ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo. **Interface**, vol. 19, nº 53, Botucatu-SP, 2015.

RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. (Orgs.). **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: UdUFSCAR, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. (Coleção Brasil Urgente). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza: Economia política da distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SARMENTO, C. S.; PEDRONI, G. Vulnerabilidade e resistência: um estudo sobre as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. In: **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13º Mundos de Mulheres**. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499472587_ARQUIVO_VulnerabilidadeeresistenciaumestudosobreasmulheresemsituacaoderuaemPortoAlegre.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

SILVA, Rosemeire Barboza da. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: Atores, Governança, Regulação e Questões Emergentes no Cenário Brasileiro. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, vol. 3, n. 02. Florianópolis, jul./dez. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/J%C3%A9ssica/Downloads/Dialnet-OMovimentoNacionalDosCatadoresDeMateriaisReciclave-5175619.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. Cortez: São Paulo, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Org.) **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010a.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálisis**, vol. 12, nº 2, Florianópolis, 2010b.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Átila, 1983.

SIQUEIRA, Luana de Souza.; ALVES, Glaucia Lelis. Pobreza e Desigualdade social: uma breve reflexão Brasil e América Latina. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, vol. 4, n. 6, Cuiabá, jan./jun. 2018.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org.). **Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010. (vol.1, p. 25–55). Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf. Acesso em: 06 fev. 2021.

TELLES, Vera da S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos EUA. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007.

WINNICOTT, D. W. A preocupação materna primária. **Da pediatria a psicanálise**: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Coronavirus disease 2019 (COVID-19): situation report – 85. **World Health Organization**. [Genebra]: WHO, 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200415-sitrep-86-covid-19.pdf?sfvrsn=c615ea20_4. Acesso em: 30 jan. 2021.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, n. 110, p. 288-322. São Paulo, 2012.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. O Programa Bolsa Família sob a ótica dos direitos humanos. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, SUR v. 3, n. 4, p.145-169, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1806-64452006000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 28 jan. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

Convidamos a Sra. para participar da Pesquisa intitulada **“Estigmas Cruzados – Mulheres em situação de rua e o (in)acesso ao Programa Bolsa Família”** desenvolvida pela pesquisadora Jéssica Bastos Sampaio, mestranda do Programa de Pós-graduação em Política Social e Territórios, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob a orientação da Prof. Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila.

Esta pesquisa tem como objetivo estudar a percepção das mulheres em situação de rua sobre o Programa Bolsa Família e suas compreensões acerca da existência de barreiras no acesso ao benefício entre as mulheres acompanhadas pelo Programa Corra pro Abraço no território do Aquidabã em Salvador.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e gratuita, se dará por meio de respostas a uma entrevista semi-estruturada individual, com uso do recurso de áudio gravação, para permitir uma transcrição fidedigna das falas, sendo que somente serão utilizadas na análise dos dados as falas previamente autorizadas.

Os riscos decorrentes de sua participação nesta pesquisa são o fato de a entrevista se desenvolver num espaço público como a Estação do Aquidabã, bem como o desconforto emocional e psicológico em responder questões pessoais. Entretanto, como forma de minimizar/evitar esses riscos o deixamos à vontade para não responder à questões que não esteja confortável ou lhe traga algum constrangimento, e pausar ou interromper a entrevista no momento em que o desejar.

Esclarecemos que se aceitar participar desta pesquisa, estará contribuindo para a ampliação do conhecimento acadêmico nesta área e para a possibilidade de uma maior atenção às especificidades das mulheres em situação de rua no âmbito do Programa Bolsa Família e demais benefícios ou políticas públicas.

Se depois de consentir a sua participação a Sra. desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa.

Ressaltamos que a Sra. não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar desta pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido serão mantidos em sigilo sob a responsabilidade da pesquisadora.

Para qualquer outra informação envolvendo a pesquisa, a Sra. poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Jéssica Bastos Sampaio, no endereço na Rua A, nº 21, URBIS, Ruy Barbosa-BA, CEP: 46.800-000. Por e-mail, jejubastos@hotmail.com ou telefone (75) 99933-2003. Em caso de esclarecimentos sobre questões éticas relacionadas à pesquisa poderá entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no endereço Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas-BA, CEP: 44.380-000. Tel.: (75) 3621-6850/ Fax: (75)3621-9767. E-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informada sobre os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa acima descrita e compreendi as explicações fornecidas. Por isso, concordo em participar desta pesquisa, sabendo que não vou ter retorno financeiro e que posso sair a qualquer tempo. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada uma de nós.

Salvador – BA, ____/____/_____

Assinatura da participante da pesquisa

Assinatura da Pesquisadora Responsável

APÊNDICE B – Roteiro entrevista semi-estruturada

I – Identificação e História de vida

Nome (opcional):

Idade:

Raça/etnia:

Identidade de gênero:

Orientação sexual:

Escolaridade:

Profissão:

Faz uso de alguma substância?

A quanto tempo?

Como você avalia esse uso (recreativo, regular, problemático)?

A quanto tempo está na rua?

Motivações para a ida e permanência na rua.

II – Bolsa Família e Assistência Social

Você acha que o Bolsa Família é um direito seu ou uma ajuda do governo?

Você recebe o benefício do Programa Bolsa Família?

Caso positivo, qual o valor e a quanto tempo recebe?

Você encontrou dificuldade em acessar o benefício?

Como você acha que o Bolsa contribui com sua vida?

Já passou por situações de bloqueio, suspensão ou cancelamento do benefício?

Caso positivo, por quanto tempo ficou sem receber?

Qual a motivo para essa interrupção no pagamento?

E a quem recorreu para resolver esse problema?